Notícias da OTAN

PRIMAVERA 2001
500$00

O elo transatlântico hoje

DEPOT ANTWERPEN X

Notícias da OTAN

sumário

Publicada sob a autoridade do Secretário-Geral da OTAN, esta revista tem por finalidade contribuir para um debate construtivo das questões atlânticas. Portanto, os artigos não representam necessariamente a opinião oficial ou a política dos governos membros ou da OTAN.

Director: António Borges de Carvalho
Chefe de Redacção: Christopher Bennett
Adjunta do Chefe de Redacção: Vicki Nielsen
Assistente de Produção: Felicity Breeze
Maqueta: Estúdio Gráfico da OTAN

Editor: Director of Information and Press
NATO, 1110 Bruxelas, Bélgica
Impressa em Portugal por Mirandela, S.A.
© NATO

revieweditor@hq.nato.int
publications@hq.nato.int

Os artigos podem ser reproduzidos depois de ter sido obtida autorização da Redacção e desde que seja mencionada a sua origem. A reprodução de artigos assinados deve referir o nome do autor.

A *Notícias da OTAN* é publicada periodicamente em português, bem como em alemão, (*NATO Brief*), checo, dinamarquês (*NATO Nyt*), espanhol (*Revista de la OTAN*), francês (*Revue de l'OTAN*), grego (*Deltio NATO*), holandês (*NAVO Kroniek*), húngaro (*NATO Tükor*), inglês (*NATO Review*), italiano (*Rivista della NATO*), norueguês (*NATO Nytt*), polaco (*Przeglad NATO*) e turco (*NATO Dergisi*). É publicado um número por ano em islandês (*NATO Fréttir*) e ocasionalmente são também publicados números em russo e ucraniano.

A *Notícias da OTAN* é também publicada na Internet em www.nato.int/docu/review.htm

Os pedidos referentes a esta revista devem ser dirigidos ao

Bureau de l'Information et de la Presse de l'OTAN
1110 Bruxelas, Bélgica
Fax: (32-2) 707 1252
E-Mail: distribution@hq.nato.int
ou à
Comissão Portuguesa de Atlântico
Avenida Infante Santo, 42, 6.º
1300 Lisboa
Tel.: 21 390 59 57

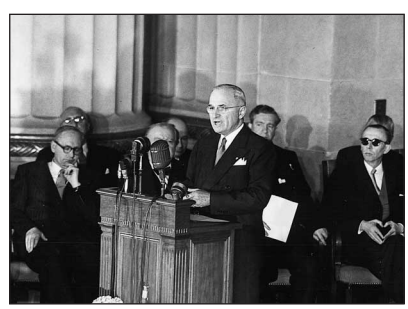
Nesta publicação, todas as referências à Ex-República Jugoslava da Macedónia são assinaladas com um asterisco (*), a que corresponde a seguinte nota de rodapé:
A Turquia reconhece a República da Macedónia com o seu nome constitucional.

ACTUALIDADES DA OTAN

4
Notícias da Aliança.

O ELO TRANSATLÂNTICO HOJE
6

Uma ligação duradoura
Simon Serfaty situa o relacionamento transatlântico no seu contexto histórico.



9
Sempre em frente
James Dobbins acha que há continuidade nas relações transatlânticas.

12
Começar de novo
Christoph Bertram avalia as preocupações e expectativas europeias depois da mudança de inquilino na Casa Branca.

© OTAN

NA CAPA
Colin Powell e Lord Robertson enfrentam os media na primeira visita de Powell à OTAN como Secretário de Estado dos EUA a 27 de Fevereiro.

DEBATE

15
A natureza básica do relacionamento transatlântico em matéria de segurança está está em mudança?
FRANÇOIS HEISBOURG contra ROB DE WIJK
Para onde vai a OTAN? Qual o impacte da PESD, NMD e RMA na Aliança?

ARTIGOS EM DESTAQUE

20
Caras novas na OTAN

21
A CIMIC e a reconstrução

ENTREVISTA

22
Andras Simonyi: mensageiro da Hungria

Ano XXXII
Primavera 2001

OPINIÃO

24
Grandes expectativas
Andrei Zagorski analisa o degelo nas relações OTAN-Rússia

CRÍTICA LITERÁRIA

28
Compreender a OTAN
Michael Ruhle passa em revista as obras recentes sobre a Aliança

ASSUNTOS MILITARES

30
Aumentar a capacidade de destacamento
Elinor Sloan analisa a mobilidade e a capacidade de destacamento das forças da OTAN, bem como o impacte dos programas destinados a melhorar as capacidades

ESTATÍSTICA

34
Despesas da defesa

editorial

A julgar pelas cartas dos leitores, o novo aspecto da Notícias da OTAN parece ter agradado. Este número contém mais algumas inovações, incluindo uma entrevista e uma página de estatística. Por outro lado, o tema central é o relacionamento transatlântico em matéria de segurança, após a mudança de administração nos Estados Unidos. Simon Serfaty, director do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington, situa o relacionamento transatlântico no seu contexto histórico. O embaixador James Dobbins, Secretário de Estado adjunto para os assuntos europeus, diz numa entrevista como, apesar da mudança, espera que haja continuidade neste relacionamento essencial. E Christoph Bertram, director da *Stiftung Wissenschaft und Politik* de Berlim, avalia as preocupações e expectativas europeias. No debate, François Heisbourg, director do Centro de Política de Segurança de Genebra, e Rob de Wijk, professor de relações internacionais na Real Academia Militar da Holanda, examinam a evolução do relacionamento transatlântico em matéria de segurança. Nos artigos em destaque estão incluídos artigos sobre o Programa de Estágios da Parceria para a Paz da OTAN e a cooperação civil-militar no Kosovo. Na entrevista, o embaixador Andras Simonyi, primeiro Representante Permanente da Hungria na OTAN, fala do impacte da adesão à OTAN sobre o seu país. Na crítica literária, Michael Rühle , chefe da secção do planeamento da política e redacção de discursos da Divisão de Assuntos Políticos da OTAN, analisa algumas das obras recentes sobre a OTAN. Andrei Zagorski do EastWest Institute analisa a recente evolução das relações OTAN-Rússia. E Elinor Sloan da Direcção de Análise Estratégica do Quartel-General da Defesa Nacional do Canadá analisa a mobilidade e capacidade de destacamento das forças da OTAN. A página de estatística relativa às despesas de defesa da OTAN encerra o presente número.

Christopher Bennett

O CD-ROM OTAN 2000 ajuda os utilizadores a familiarizarem-se com o papel e funcionamento interno da OTAN. Traça a evolução da Aliança e descreve a adaptação que sofreu para enfrentar os desafios da segurança do século XXI. Podem obter-se cópias gratuitas a pedido feito à
Distribution Unit
Office of Information and Press
NATO, 1110-Bruxelles, Bélgica

ACTUALIDADES DA OTAN

O Secretário-Geral da OTAN **Lord Robertson** visitou **Skopje**, na Ex-República Jugoslava da Macedónia*, a 26 de Março e reuniu-se com o Presidente **Boris Trajkovski** e dirigentes dos partidos políticos do país. Lord Robertson reafirmou o apoio ao governo na sua luta contra os rebeldes de etnia albanesa, mas também exortou à moderação e apelou aos insurrectos para deporem as armas.

Lord Robertson estabeleceu as prioridades da OTAN no Sueste Europeu no discurso que proferiu numa conferência de análise dos desafios da segurança no Sueste Europeu e das perspectivas regionais realizada em **Roma**, Itália, a 26 de Março.

A 21 de Março, **Lord Robertson** anunciou um pacote de medidas destinadas a reforçar a estabilidade no Sul dos Balcãs e a demonstrar o apoio ao governo multi-étnico da **Ex-República Jugoslava da Macedónia*.**

O Presidente do Comité Internacional da Cruz Vermelha, **Jakob Kellenberger**, reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 21 de Março e discursou no **Conselho de Parceria Euro-Atlântico**.

Exposição sobre a Bósnia

O Alto Representante **Wolfgang Petritsch** reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 19 de Março e fez uma exposição, numa reunião dos **países contribuintes de tropas para a SFOR**, sobre a situação na Bósnia-Herzegovina (Bósnia).

A 14 de Março, **tropas jugoslavas** entraram na **Zona de Segurança Terrestre,** uma faixa de cinco quilómetros do sul da Sérvia que faz fronteira com o Kosovo, pela primeira vez desde a retirada do Exército Jugoslavo do Kosovo em Junho de 1999.

Lord Robertson visitou **Atenas**, Grécia, a 16 de Março, reunindo-se com o Presidente **Constantinos Stephanopoulos** e o Primeiro-ministro **Costas Simitis**, bem como com os ministros gregos dos estrangeiros e da defesa.

A situação no Kosovo e à sua volta dominou as conversações entre o **Conselho do Atlântico Norte** e o **Comité Político e de Segurança da UE** em Bruxelas a 14 de Março.

Peritos médicos e de salvamento de submarinos de 13 países da OTAN participaram no **Phoenix 2001,** um exercício para ensaiar procedimentos de actuação no caso de submarinos em perigo, que teve lugar no quartel-general da OTAN de **Northwood**, Inglaterra, de 13 a 15 de Março.

Mediadores da OTAN intermediaram um cessar-fogo entre a **República Federal da Jugoslávia** e os indivíduos de **etnia albanesa** no Sul da Sérvia a 12 de Março.

Visita aos EUA

Lord Robertson visitou os **Estados Unidos** de 6 a 10 de Março. Reuniu-se com o Secretário-Geral da ONU **Kofi Annan** e participou numa reunião informal do Conselho de Segurança da ONU antes de se reunir com o Presidente dos EUA **George W. Bush** e altos responsáveis da nova administração, bem como com vários senadores e congressistas. Também discursou num simpósio organizado pelo American Enterprise Institute no Capitólio.

A 8 de Março, **Lord Robertson** anunciou medidas para restaurar a estabilidade no **Sul da Sérvia** e na **Ex-República Jugoslava da Macedónia*** e evitar que os extremistas de etnia albanesa violem a **Zona de Segurança Terrestre**.

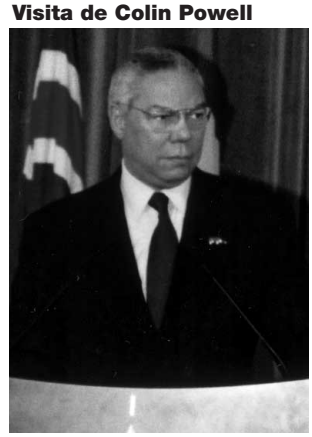
Parlamentares da **OTAN** e da **Rússia** reuniram-se na OTAN a 5 e 6 de Março para debater a cooperação política, militar, científica e ambiental e a necessidade de reforçar o diálogo.

A 5 de Março na OTAN, o Presidente búlgaro **Petar Stoyanov** debateu as preocupações quanto ao aumento da violência na vizinha Ex-República Jugoslava da Macedónia* com os **Embaixadores na OTAN.**

O exercício **Cooperative Osprey 2001** teve lugar no Pearson Peacekeeping Centre do Canadá em **Halifax,** Nova Escócia, envolvendo 6 países da OTAN e 13 Parceiros de 1 a 9 de Março.

O recentemente nomeado Representante Especial da ONU **Hans Haekkerup**, antigo ministro da defesa dinamarquês, visitou a OTAN a 28 de Fevereiro para expor aos **Embaixadores na OTAN** a situação no Kosovo e à sua volta.

Visita de Colin Powell



O Secretário de Estado dos EUA **Colin Powell** reuniu-se com **Lord Robertson** e os **ministros dos estrangeiros Aliados** durante uma visita à OTAN a 27 de Fevereiro. O Secretário de Estado Powell sublinhou o apoio da nova administração ao desenvolvimento duma Identidade Europeia de Segurança e Defesa e o seu compromisso de consultar os Aliados sobre os planos para uma Defesa Nacional contra Mísseis.

Representantes da **UE, OSCE, OTAN** e **ACNUR** reuniram-se na OTAN pela primeira vez a 27 de Fevereiro para debater como enfrentar os problemas do aumento da violência nas fronteiras do Kosovo.

Lord Robertson reuniu-se com o Presidente **Václav Havel,** o Primeiro-ministro **Miloš Zeman** e os ministros dos estrangeiros e da defesa checos a 21 e 22 de Fevreiro em **Praga**, República Checa.

Novos dispositivos de comando

De acordo com os novos dispositivos de comando anunciados o ano passado, Forças Aliadas do Sul da Europa **(AFSOUTH)**, um quartel-general regional baseado em **Nápoles**, Itália, recebeu o comando geral da Força de Estabilização **(SFOR)** do Quartel-General Supremo Aliado da Europa **(SHAPE)** a 20 de Fevereiro. O comando da Força do Kosovo **(KFOR)** foi transferido para o AFSOUTH a 18 de Janeiro.

Gabinete de Moscovo

Lord Robertson inaugurou o **Gabinete de Informação da OTAN** em **Moscovo** a 20 de Fevereiro, um sinal visível da melhoria das relações com a Rússia.

Os parlamentares da OTAN debateram a actual agenda da OTAN com o **Conselho do Atlântico Norte** a 19 de Fevereiro.

Novo embaixador da Hungria

O embaixador **János Herman** substituiu o embaixador **Andras Simonyi** como **Representante Permanente da Hungria** no Conselho do Atlântico Norte a 19 de Fevereiro. Diplomata de carreira, o embaixador Herman, de 48 anos, foi anteriormente Subsecretário de Estado para os assuntos multilaterais.

Mais de 1 500 pessoas de sete países da OTAN participaram num exercício de ajuda em caso de catástrofe, **Relieve Discomfort 2001**, na ilha de Curaçau, no mar das Caraíbas, de 18 a 22 de Fevereiro.

Doze países da OTAN participaram no maior exercício anual de guerra antisubmarina do mundo, **Dogfish 2001,** que teve lugar no **mar Jónico** a Leste da Sicília, Itália, de 15 a 28 de Fevereiro.

ACTUALIDADES DA OTAN

O Vice-Primeiro-ministro sérvio **Nebojsa Covic** e o ministro dos estrangeiros jugoslavo **Goran Svilanovic** reuniram-se na OTAN com **Lord Robertson** e os **Embaixadores na OTAN** a 15 de Fevereiro para debater propostas para resolver as tensões no Sul da Sérvia.

O exercício anual de gestão de crises da OTAN, **CMX 2001**, teve lugar de 15 a 19 de Fevereiro na OTAN, envolvendo países Parceiros pela primeira vez.

A implementação do tratado sobre **Forças Armadas Convencionais na Europa** foi debatida de 14 a 16 de Fevereiro na OTAN pelos 30 países signatários no seminário anual do Comité OTAN de Coordenação da Verificação.

O recentemente nomeado Alto Comissário para os Refugiados da ONU, **Ruud Lubbers**, reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 6 de Fevereiro.

A primeira reunião do **Comité Político** e de **Segurança da UE** e do **Conselho do Atlântico Norte** no quadro dos novos mecanismos permanentes de consulta UE-OTAN teve lugar a 5 de Fevereiro em **Bruxelas**, Bélgica.

Lord Robertson apresentou os itens principais da agenda da OTAN na Conferência anual sobre Política Internacional de Segurança realizada em **Munique**, Alemanha, a 2 e 3 de Fevereiro, onde também se reuniu com o novo Secretário da Defesa dos EUA **Donald Rumsfeld**.

Lord Robertson reuniu-se com o Primeiro-ministro **Jens Stoltenberg** e os ministros dos estrangeiros e da defesa noruegueses a 1 e 2 de Fevereiro em **Oslo**, Noruega.

A 2 de Fevereiro, a mais alta autoridade militar da OTAN, o **Comité Militar**, visitou **Northwood**, Inglaterra, onde se encontram os quartéis-generais dos comandos regionais Allied East Atlantic **(EASTLANT)** e Allied Forces North **(NAVNORTH)**.

O Primeiro-ministro lituano **Rolandas Paksas** reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 31 de Janeiro para debater as relações com a Rússia, a manutenção da paz nos Balcãs e os preparativos da Lituânia para a adesão à OTAN.

Despedida de Kouchner

Assinalando o fim dos 18 meses de exercício do cargo, o antigo Representante Especial da ONU no Kosovo **Bernard Kouchner** falou para o **Conselho de Parceria Euro-Atlântico** e para os representantes de outros países contribuintes da KFOR a 30 de Janeiro.

Lord Robertson reuniu-se com o ministro da defesa alemão **Rudolf Scharping** a 25 de Janeiro em **Berlim**, Alemanha, onde também fez a conferência Manfred Wörner Memorial deste ano.

O primeiro-ministro romeno **Adrian Nastase** reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 24 de Janeiro para debater os preparativos da Roménia para a adesão à OTAN e a sua contribuição para a KFOR e a SFOR.

O Primeiro-ministro mongol **Nambaryn Enkhbayar** reuniu-se com **Lord Robertson** na OTAN a 22 de Janeiro.

Urânio enfraquecido

Criado no seguimento da preocupação pública acerca dos possíveis riscos ambientais para a saúde associados ao emprego de urânio enfraquecido, o **Comité sobre o Urânio Enfraquecido**, constituído por responsáveis da OTAN e representantes dos actuais e dos anteriores países contribuintes da SFOR e da KFOR, reuniu-se pela primeira vez a 16 de Janeiro para debater os indícios médicos e científicos. O principal organismo consultivo médico da OTAN, o **Comité dos Chefes dos Serviços de Saúde Militares** reuniu-se no dia anterior para trocar informações sobre o assunto.

Lord Robertson visitou a **Arménia**, o **Azerbaijão** e o **Turquemenistão** entre 15 e 18 de Janeiro, reunindo-se com Chefes de Estado e ministros dos estrangeiros e da defesa.

A 11 de Janeiro, **Lord Robertson** visitou a **Suécia**, país que preside actualmente à UE, para conversações com a ministra dos estrangeiros **Anna Lindh** e o ministro da defesa **Björn von Sydow** acerca do estabelecimento de ligações fortes UE-OTAN na gestão de crises.

Primeira visita jugoslava

O primeiro ministro jugoslavo a visitar a OTAN depois da demissão do antigo presidente jugoslavo Slobodan Milosevic, o Ministro dos Estrangeiros **Goran Svilanovic,** reuniu-se com **Lord Robertson** e os Embaixadores na OTAN a 10 de Janeiro.

Novo embaixador do RU

O embaixador **David Manning** substituiu o embaixador **Sir John Goulden** como **Representante Permanente do Reino Unido** no Conselho do Atlântico Norte a 8 de Janeiro. Diplomata de carreira, o embaixador Manning, de 51 anos, foi anteriormente Subsecretário de Estado adjunto no Ministério dos Estrangeiros e da Comunidade entre 1998 e 2000. Antes disso, foi embaixador do RU em Israel (1995-1998).

No quinto aniversário da ida da OTAN para a Bósnia, **Lord Robertson** visitou as tropas da **SFOR** e reuniu-se com dirigentes políticos bósnios, croatas e sérvios em **Sarajevo**, Bósnia, a 20 de Dezembro.

Os ministros dos estrangeiros Aliados reuniram-se em **Bruxelas**, Bélgica, a 14 e 15 de Dezembro e acordaram numa abordagem preliminar de mecanismos permanentes entre a Aliança e a União Europeia mas referiram que os mecanismos práticos ainda precisam de ser experimentados. Os ministros também fizeram reuniões com os seus homólogos da Rússia e da Ucrânia e de outros países Parceiros.

Visita de Trajkovski

Boris Trajkovski, Presidente da Ex-República Jugoslava da Macedónia*, reuniu-se com **Lord Robertson** a 7 de Dezembro na OTAN para debater a segurança no Sueste Europeu, as relações com a KFOR e os preparativos para uma eventual adesão à OTAN.

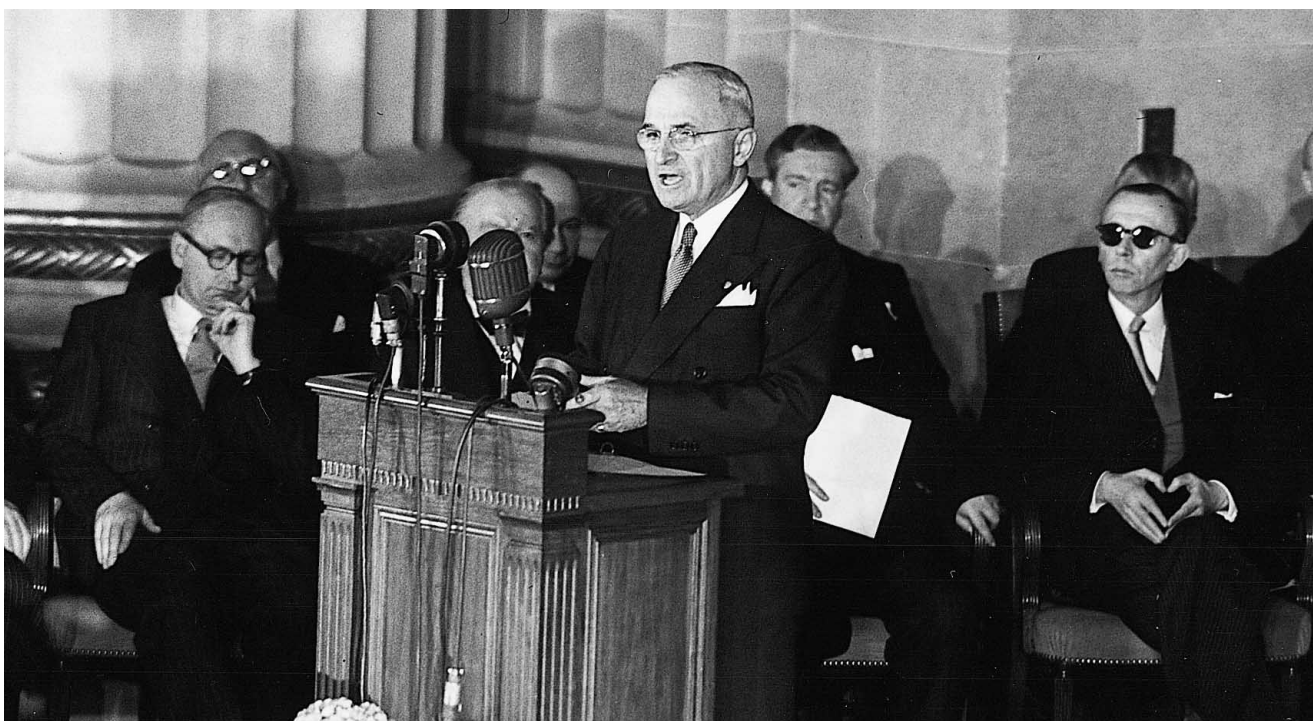
Novas **medidas para o estabelecimento de confiança** entre a **Grécia** e a **Turquia** foram anunciadas a 6 de Dezembro, pelas quais cada um dos países dará ao outro notificação prévia dos exercícios militares.

Os ministros da defesa Aliados reuniram-se em **Bruxelas**, Bélgica, a 5 e 6 de Dezembro e debateram, em especial, a Iniciativa das Capacidades de Defesa e as relações UE-OTAN. Também aprovaram um plano de forças para cinco anos, analisaram os planos nacionais de defesa dos Aliados para o período 2001-2005 e aprovaram a nova directiva ministerial para o planeamento OTAN e nacional da defesa até 2008. Os ministros também se reuniram com os seus homólogos da Rússia e da Ucrânia e de outros países Parceiros. O Enviado Especial da ONU **Carl Bildt** fez uma exposição aos ministros no **Conselho de Parceria Euro-Atlântico** sobre os recentes acontecimentos nos Balcãs e o Comandante Supremo Aliado da Europa, general **Joseph Ralston,** fez uma actualização do estado das operações da KFOR e da SFOR.

Para mais informações, consultar NATO Update em www.nato.int/docu/update/index.htm.

Uma ligação duradoura

Simon Serfaty situa o relacionamento transatlântico no seu contexto histórico e analisa as questões que provavelmente o irão influenciar nos próximos anos.



© OTAN

Uma visão do futuro: As ideias do Presidente Truman serviram de farol para iluminar as trevas do pós-guerra e ainda iluminam o caminho a seguir

Quando os historiadores futuros se debruçarem sobre o ano 2001, provavelmente ficarão admirados com o que foi realizado na segunda metade do século anterior. O que era uma visão ousada - e mesmo, muitos avisaram, uma ilusão perigosa - gradualmente tornou-se uma realidade irreversível. A história mudou o seu curso, e a geografia transformou-se, à medida que os Estados da Europa desenvolveram uma personalidade integrada *à l'américaine* enquanto os Estados Unidos adoptaram uma identidade de segurança *à l'européenne*.

As instituições criadas no seguimento da Segunda Guerra Mundial, que foram, em parte, inspiradas pela política "a Europa primeiro" da administração do Presidente Harry S. Truman, contribuíram para a evolução duma sólida comunidade euro-atlântica de interesses e valores, sem a qual nem os Estados Unidos nem a Europa poderiam viver tão bem e com tanta liberdade e segurança como vivem actualmente. Além disso, mesmo depois da Guerra Fria, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a União Europeia mantêm-se como pilares institucionais desta comunidade.

Apesar das numerosas realizações inspiradas pelo elo transatlântico, americanos e europeus continuam profundamente cépticos acerca uns dos outros. Na verdade, a declarada ambivalência dos EUA quanto à evolução da Europa no sentido duma união de Estados e as alegadas ambiguidades da Europa quanto à liderança dos EUA no seio da OTAN continuam a causar preocupação quanto a uma fractura nas relações transatlânticas. Previsivelmente, a apreensão entre os Estados-nações da Europa tem muito a ver com as consequências da sua transformação. Contudo, nos Estados Unidos, a apreensão tem a ver com o receio do surgimento duma Europa como uma contrapartida que poderia agir independentemente ou mesmo contra os Estados Unidos. Por muito exagerada que esta apreensão seja, não pode ser ignorada. Quatro vezes durante o século XX - em 1917, 1941, 1949 e 1989 - o poder e a liderança dos EUA ajudaram a salvar os europeus de si próprios em benefício de todos, incluindo os americanos. Contudo, há muitas pessoas

Simon Serfaty é professor de política externa dos EUA na Old Dominion University em Norfolk, Virgínia, e director dos Estudos Europeus no Center for Strategic & International Studies em Washington. É o autor, entre outros, de Taking Europe Seriously (Palgrave, 1992), Stay the Course (Praeger, 1997), Memories of Europe's Future: Farewell to Yesteryear (CSIS, 1999), e Europe 2007: From Nation-States to Member States (CSIS, 2000).

na Europa que continuam inclinadas a contestar a liderança dos EUA que consideram intrusiva, enganosa, ineficaz e mesmo perigosa.

As preocupações europeias foram especialmente evidentes durante as últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos. A linguagem então usada em alguns media europeus para apresentar os dois principais candidatos, e especialmente o candidato republicano, chegou quase a ser ofensiva. Muitas preocupações pareciam reflectir uma convicção simplista de que a mudança da maioria política ou da liderança presidencial provocariam inevitavelmente mudanças nas políticas externa e de segurança do país. Contudo, a experiência dos últimos 50 anos mostra que as mudanças políticas durante uma administração são muitas vezes mais profundas do que as que ocorrem quando muda a administração, pois acontecimentos externos têm frequentemente obrigado os presidentes a mudar de orientação. Foi assim que a política externa de Jimmy Carter sofreu uma viragem de 180 graus em Janeiro de 1980, um ano antes da tomada de posse do seu sucessor, no seguimento da invasão do Afeganistão pelos soviéticos e da revolução iraniana. Depois, Ronald Reagan alterou o rumo quando o "império do mal" que anteriormente tinha combatido se desintegrou. E o claro interesse do seu sucessor pela liderança mundial foi abandonado no Outono de 1991 quando George Bush presumiu que a sua reeleição exigia uma nova imagem presidencial. Esta imagem, contudo, assentou melhor em Bill Clinton até 1994 quando, no seguimento das eleições desse ano para o Congresso, se reatribuiu um papel de líder mundial e lançou muitas das políticas cujas consequências foram agora herdadas pelo seu sucessor.

Pensar que em 2001 um novo presidente americano poderia, por intuito ou por inexperiência, afastar-se da Europa é presumir uma liberdade de escolha que deixa de existir logo que acaba uma campanha política. A presença dos Estados Unidos na Europa tornou-se tão completa que exclui qualquer possibilidade de rompimento. Resumindo, a linha de separação cuidadosamente construída entre os dois lados do Atlântico no século XIX foi varrida pelas repetidas tempestades europeias do século XX. Embora os Estados Unidos não sejam uma potência europeia, nem por vocação nem por opção, são uma potência na Europa, tanto pela sua posição como pelos seus interesses.

No princípio do século XXI, tanto a OTAN como a União Europeia têm uma agenda cheia e complexa. Embora as tarefas e prioridades das duas instituições sejam diferentes, o princípio geral mantém-se o mesmo: alargar-se para aprofundar, aprofundar para alargar-se, e reformar-se para fazer as duas coisas. Contudo, nenhuma das instituições pode esperar tratar da sua agenda independentemente da outra. Cada uma das agendas é separável da outra, mas nenhuma delas pode ser separada da agenda transatlântica mais vasta em que se inscreve.

Entre as prioridades da agenda transatlântica estão as perspectivas duma Defesa Nacional contra Mísseis (NMD) e duma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), que cada um dos lados do Atlântico está disposto a apresentar como um teste à coesão pós-Guerra Fria. O valor deste teste, contudo, é contestável pois tanto a NMD como a PESD continuam a levantar demasiadas perguntas legítimas com demasiadamente poucos indícios de obterem respostas suficientemente credíveis. Pode resultar? Supondo que sim, é exequível? Supondo que é exequível, os custos compensam os resultados? Supondo que sim, é necessária? Supondo que é necessária, as suas consequências excederão as vantagens que possam resultar? E assim por diante tanto para a NMD como para a PESD - num debate paralelo sobre intenções que são tão mal apresentadas em cada um dos lados do Atlântico que há o risco de terem consequências que nenhum dos lados quer ou pode suportar. Além disso, tal debate será prematuro durante os próximos anos, pois não é mais provável que a Europa conte com a sua PESD virtual para efectuar operações militares sem os Estados Unidos do que os Estados Unidos se afastem da Europa a coberto da sua NMD virtual. Em vez disso, tanto a PESD como a NMD provavelmente manter-se-ão, sobretudo, como motivo de debate no seio dos europeus e dos americanos respectivamente, mais do que entre eles.

Em qualquer caso, a PESD é o que todas as administrações dos EUA esperam da Europa desde 1945 - designadamente, uma capacidade militar reforçada que aliviaria o encargo dos EUA agindo com, ou sem, mas não contra nem apesar dos Estados Unidos. Além disso, inversamente, a NMD é o que a Europa quer dos Estados Unidos - uma protecção reforçada que reduziria as consequências dum fracasso se um conflito, iniciado acidentalmente, ou intencionalmente, se estendesse aos Estados Unidos, aos seus aliados e aos seus amigos.

Em vez de ameaçar um afastamento dos Estados Unidos da Europa, iniciar outra Guerra Fria, acelerar uma nova corrida aos armamentos e desestabilizar a dissuasão, como os seus críticos têm afirmado, a NMD procura garantir a continuação do envolvimento dos EUA, enterrar a Guerra Fria, evitar a rivalidade militar e estabilizar a dissuasão. Os Estados Unidos compreendem que o actual mundo unipolar é transitório e que as potências em ascensão e os Estados causadores de perturbação desafiarão eventualmente a ordem pós-Guerra Fria e, em consequência, os interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados. Por opção (coesão da Aliança), por necessidade (radares na Groenlândia e em Inglaterra) e por previsão (o aparecimento de Estados réprobos e outras ameaças não especificadas), os Estados da Europa fariam bem em reconsiderar as suas objecções à NMD. Entretanto, os Estados Unidos fariam bem em alargar o conceito para o de um sistema multilateral que cobriria a Europa e outros países, em vez de desenvolver um sistema mais limitado, apesar da opinião dos aliados.

A melhoria das relações UE-EUA e UE-OTAN têm sido elementos ocultos do alargamento tanto da OTAN como da UE. Desde a assinatura dos Tratados de Washington e Roma em 1949 e 1957, respectivamente, tem havido um pressuposto implícito, tanto nos Estados Unidos como na Europa, de que ambas as instituições seriam alargadas de

maneira a levar membros da OTAN para a então Comunidade Europeia e membros da CEE para a OTAN. Os seis primeiros países da CEE eram todos membros fundadores da OTAN e quatro dos seis países que aderiram à Comunidade Europeia entre 1973 e 1986 já eram membros da OTAN (Dinamarca, Grécia, Portugal e Reino Unido), enquanto um quinto novo membro posterior (Espanha) aderiu passadas poucas semanas. Na verdade, em 1986, a Irlanda era o único país da CEE que não era membro da, então com 16 membros, Aliança do Atlântico, enquanto que a Turquia, a Noruega e a Islândia eram os únicos membros da OTAN que não pertenciam à União Europeia, então com 12 membros. Contudo, depois da Guerra Fria, esta diferença aumentou, com os três novos membros da UE em 1995 (Áustria, Finlândia e Suécia) não sendo membros da OTAN e os três novos membros da OTAN em 1999 (República Checa, Hungria e Polónia) não sendo membros da UE.

A redução desta diferença entre as duas instituições ocidentais facilitaria a complementaridade institucional pretendida tanto pela Europa como pelos Estados Unidos. Também poderia servir como linha de orientação implícita para o futuro alargamento - criando o que o falecido primeiro-ministro italiano Aldo Moro teria chamado parallele convergente, com o ponto de convergência alcançado quando todos os países da UE fossem também membros da OTAN, e todos os países europeus da OTAN fossem também membros da UE. Na Primavera de 2002, alguns países candidatos deverão ter feito progressos suficientes para permitir que a OTAN e a União Europeia, reunidas em cimeiras conjuntas ou separadas, cumpram os seus compromissos respectivos quanto ao seu alargamento.

A complementaridade UE-OTAN não é apenas uma questão de composição. É também uma questão política. Como nenhuma das instituições trata de todos os assuntos, podem ter funções separadas, embora não separáveis. Assim, a OTAN pode proteger os seus membros de agressões externas, enquanto a UE pode tratar das questões de segurança indirecta que de outra forma poderiam perturbar a paz. Em várias das principais áreas de instabilidade e mesmo de conflito - incluindo o Sueste Europeu e o mar Egeu - seria desejável uma melhor coordenação entre estas duas instituições e os seus membros. Embora isso seja discutível, parte do horror que atormentou a ex-Jugoslávia no princípio dos anos 90 poderia ter sido evitado se não só a OTAN mas também a União Europeia se tivessem envolvido mais cedo, e a esperança de evitar mais terror depende decisivamente dum envolvimento europeu duma forma que os Estados Unidos não têm de vez em quando reconhecido a importância.

Claro que há mais itens na agenda transatlântica. A Rússia é um exemplo - demasiado perto para ser ignorada, demasiado grande para ser integrada, com demasiado poder nuclear para ser ofendida. Ainda se pode esperar que a Rússia explore qualquer oportunidade para meter uma cunha entre a Europa e os Estados Unidos - seja com a NMD, o alargamento da OTAN, a PESD ou o alargamento da UE. Aqui, é crucial convencer Moscovo de que a expansão da comunidade euro-atlântica também contribui para alargar a área de segurança da OTAN e de prosperidade da UE a países não membros da OTAN nem da UE, incluindo, em primeiro lugar, a Rússia. Além da Rússia, os órfãos institucionais da Europa, isto é, os países fora tanto da União Europeia como da OTAN, que podem ter que aprender a viver à sua custa durante um período de tempo mais longo, também não deverão ser abandonados. É imperativo o reforço da cooperação, não só com os membros duma Parceria para a Paz reforçada, mas também com um estatuto de membro associado da UE ousado e generoso.

O conjunto do Próximo Oriente, que se estende do Norte de África até ao Golfo, é outra área que beneficiaria com uma abordagem transatlântica coordenada, Aqui, embora os interesses não sejam sempre comuns, ou no seio da Europa ou entre a Europa e os Estados Unidos, os objectivos são normalmente semelhantes e as políticas, mesmo quando não são comuns, podem ser compatíveis. Além disso, embora as capacidades sejam desiguais, são suficientemente complementares para que políticas compatíveis possam alcançar objectivos comuns mais eficazmente quando os Estados Unidos e os países da Europa actuam em conjunto, em vez de separadamente.

> Apesar das numerosas realizações inspiradas pelo elo transatlântico, americanos e europeus continuam profundamente cépticos acerca uns dos outros

A Ásia também é uma área acerca da qual os americanos e os europeus devem pensar em uníssono, se quiserem actuar em conjunto ou de forma complementar. É assim especialmente em relação à China, um país que deve ser tido em conta em qualquer debate acerca da NMD e do futuro da dissuasão nuclear. Mas trabalhar em uníssono fora da área euro-atlântica exige mecanismos reforçados para a coordenação e consultas sobre política transatlântica.

Esta agenda de cooperação transatlântica e o diálogo sem reservas que exige não são visões novas. De facto, a visão é a mesma que inspirou aqueles homens de Estado europeus e americanos que criaram a OTAN e a União Europeia e cujas ideias serviram de farol para iluminar as trevas do pós-guerra. Nos dois lados do Atlântico, os dirigentes dessa época partilharam uma visão semelhante dum passado fracassado e, em conformidade, tiveram ambições semelhantes para fugir às histórias respectivas e começarem de novo. Noutro conjunto de condições pós-guerra, o farol utilizado pelo Presidente Truman e outros ainda ilumina o caminho a seguir, quando o Presidente Bush e outros dirigentes políticos completam a visão dos seus antecessores duma Europa unida e livre funcionando como um parceiro dos Estados Unidos numa comunidade euro-atlântica forte e coesa. ■

Sempre em frente

James Dobbins, Secretário de Estado adjunto dos EUA para os assuntos europeus, diz ao Chefe de Redacção da revista Christopher Bennett que acha que há continuidade nas relações transatlânticass.

CHRISTOPHER BENNETT: Sempre que há uma mudança na administração dos EUA, os analistas dos dois lados do Atlântico debatem o seu significado para o relacionamento transatlântico. Que continuidade e que mudança deverão os Aliados dos EUA esperar nos próximos anos?

JD: Sempre que muda a administração em Washington, há de facto debate acerca do equilíbrio exacto entre a continuidade e a mudança. No que se refere à Aliança do Atlântico, a nova administração vai dar um apoio inequívoco e forte. Isto é evidente em tudo o que o Presidente George W. Bush, o Secretário de Estado Colin Powell, o Secretário da Defesa Donald Rumsfeld e outros têm dito sobre o assunto. Quanto aos Balcãs, haverá um esforço continuado para rever a dimensão das forças necessárias para executar as tarefas da OTAN. Contudo, a revisão será efectuada no contexto da OTAN. É importante rever periodicamente os compromissos para assegurar que correspondem à evolução da situação. O empenhamento em trabalhar em conjunto nos Balcãs é evidente. O Secretário de Estado Powell esclareceu isso quando visitou a OTAN em Fevereiro e o Presidente Bush também esclareceu isso nas reuniões que teve em Washington com o Secretário-Geral da OTAN Lord Robertson e com outros dirigentes da OTAN.

CB: Em consequência de comentários feitos durante a campanha eleitoral dos EUA, os media especularam que a nova administração dos EUA está interessada em explorar as possibilidades duma "nova divisão do trabalho" com os seus Aliados. Neste cenário, provavelmente os europeus concentrar-se-iam na estabilização da Europa e da sua periferia, deixando os Estados Unidos concentrar as suas energias nas ameaças mais estratégicas. Que prevalência tem na nova administração dos EUA esta maneira de pensar e que considerações influenciarão provavelmente as suas relações com os Aliados?

JD: A administração reconhece que a tarefa que assumimos conjuntamente nos Balcãs é uma tarefa em que tanto a Europa como os Estados Unidos estão e deverão continuar a estar empenhados. Não posso excluir debates do tipo que sugeriu sobre o planeamento da política a mais longo prazo, embora não tenha conhecimento de nenhumas propostas nesse sentido até agora.

CB: O processo de paz na Bósnia-Herzegovina (Bósnia) e no Kosovo conheceu vários progressos e as condições no terreno estão a melhorar. É cada vez mais evidente, contudo, que a comunidade internacional terá que investir muito tempo, enormes recursos e considerável capital político para poder reconstruir sociedades que funcionem nos Balcãs. Dado o seu conhecimento da região, que possibilidades vê de instauração duma paz auto-sustentável? E como procurará a nova administração reactivar o processo?

JD: Os acontecimentos mais importantes do último ano e também os mais prometedores são as mudanças que tiveram lugar em Zagreb e Belgrado. Nos anos 90, muita da tensão na região, particularmente no referente à Bósnia, resultou da pressão centrífuga exercida por estas duas capitais sobre a sociedade bósnia, efectivamente destroçando-a. Temos agora uma possibilidade de ver a Jugoslávia e a Croácia a desempenhar um papel construtivo ajudando a construir e manter um Estado bósnio viável de base multi-étnica em conformidade com os Acordos de Dayton. O tipo de cooperação em que Zagreb se empenhou explicitamente e que podemos esperar e exigir de Belgrado é a melhor esperança de estabilidade para a Bósnia e para toda a região. É claro que o Sul da Sérvia continua instável, mas a OTAN está a trabalhar de forma eficaz e construtiva com a Ex-República Jugoslava da Macedónia*, com a Sérvia e com dirigentes albaneses moderados do Kosovo para resolver a situação. Quanto ao resto, os elementos básicos para a construção da estabilidade na região já existem. São o Pacto de Estabilidade, a Resolução 1244 do Conselho de Segurança da ONU referente ao Kosovo, que traça um caminho no sentido duma autonomia substancial, mas adia uma decisão sobre o estatuto final da província, e os Acordos de Dayton, a sua implementação gradual e a criação de estruturas multi-étnicas na Bósnia que não se baseiem nos partidos nacionalistas que estavam no poder durante a guerra. É menos uma questão de novas iniciativas do que um empenhamento continuado em todas estas áreas. A administração mostrou que tenciona continuar a trabalhar com base no Pacto de Estabilidade, nos esforços de manutenção da paz dirigidos pela OTAN na Bósnia e no Kosovo, e na questão do alargamento da OTAN, que a longo prazo constitui uma maneira de estabilizar e integrar os Balcãs bem como o Nordeste da Europa. Neste aspecto, a Europa tem uma tarefa ainda mais difícil quando caminha no sentido da integração destas sociedades na União Europeia. Reconhecemos que a contribuição europeia é, sob muitos aspectos, a mais importante e apreciamos os esforços que a União Europeia e os seus membros estão a fazer a este respeito.

CB: Muitos Aliados e Parceiros esclareceram que têm certas reservas acerca dos planos da nova administração de criação duma Defesa Nacional contra Mísseis (NMD). Como é que a nova administração tenciona fazer avançar este projecto? E como é que garante aos Aliados e aos Parceiros que a NMD não só é do seu interesse como ajudará a tornar o mundo mais seguro?

JD: A administração já iniciou o processo de consultas aos seus Aliados sobre as questões da defesa contra mísseis e de como ela se enquadra numa política de dissuasão, que também integra outros aspectos da defesa bem como a limitação dos armamentos e a não proliferação. O Secretário de Estado Powell obteve uma reacção muito boa dos Aliados a estas questões quando visitou a OTAN em Fevereiro e comprometeu os Estados Unidos a consultar antecipadamente e com frequência sobre estas questões, de facto, a consultar antes de tomar decisões básicas acerca da arquitectura dum sistema de defesa contra mísseis. Também esclarecemos que queremos colaborar com os Aliados em dispositivos de defesa contra mísseis que os protejam bem como aos Estados Unidos. E também esclarecemos que queremos consultas estreitas com outros, incluindo os russos e os chineses. Na verdade, o Secretário de Estado Powell já debateu este assunto, entre outras questões, com o Ministro dos Estrangeiros russo.

CB: Por várias razões, os Estados Unidos não subscreveram vários acordos internacionais nos últimos anos. Entre eles estão o Tratado sobre Minas Terrestres, o tratado de criação do Tribunal Criminal internacional e o Tratado de Interdição Geral dos Ensaios. Além disso, os planos para a NMD arriscam-se a enfraquecer o Tratado ABM. Que atitude adoptará a nova administração em relação a estes tratados?

JD: Os Estados Unidos têm responsabilidades mundiais que de certa maneira são únicas, reflectindo os nossos compromissos de defesa na Coreia, no Golfo, na Europa e noutros pontos. Ao enfrentar algumas destas questões, os Estados Unidos têm tido preocupações que alguns dos nossos Aliados não sentiram ou não sentiram tão intensamente. Continuaremos a consultar os nossos Aliados e a colaborar com eles quanto ao Tratado ABM que, obviamente, será um elemento importante dos debates que temos com a Rússia. Quanto ao Tribunal Criminal Internacional, é importante reconhecer que a assinatura do tratado pelo Presidente Clinton era essencialmente uma medida técnica, mais do que a manifestação duma intenção de submeter o tratado a ratificação. A administração Clinton assinalou que tinha problemas com o tratado e que não pensava que seria capaz de o fazer entrar em vigor. A assinatura de Clinton não se destinava a alterar a posição da sua administração sobre este ponto. Destinava-se antes a ser uma medida técnica para permitir aos Estados Unidos continuar a participar na apreciação de alguns aspectos da administração do tratado. Mesmo antes de tomar posse, a nova administração manifestou preocupações acerca deste acordo comparáveis, se não mesmo mais fortes, às da administração Clinton. Portanto, espero que continue a manifestar tais reservas e preocupações no futuro.

CB: A Rússia é um Parceiro importante da Aliança mas que, por vezes, se tem sentido descontente nos últimos anos. Como é que a nova administração tenciona envolver a Rússia? Qual é o potencial que vê no Conselho Conjunto Permanente? E como poderá esta instituição ser desenvolvida?

JD: A administração tenciona ter um bom relacionamento de trabalho com a Rússia. O Secretário de Estado Powell já teve uma reunião preliminar com o Ministro dos Estrangeiros russo e o Presidente Bush já teve uma conversa com o Presidente russo Vladimir Putin e o relacionamento será desenvolvido através do mecanismo normal de reuniões bilaterais e multilaterais nos próximos meses. Há um certo número de problemas a enfrentar no relacionamento, mas há um certo número de pontos em que é razoável prever-se a cooperação. É claro que apoiamos o envolvimento da OTAN com a Rússia como complemento destas consultas bilaterais, incluindo o Conselho Conjunto Permanente, e aguardamos com expectativa o seu desenvolvimento durante os próximos meses.

CB: As sucessivas administrações dos EUA têm exortado os seus Aliados europeus a aumentar as despesas com a defesa. Quando a União Europeia constrói uma capacidade de gestão de crises, os europeus parecem finalmente assumir uma parcela maior do encargo com a sua própria segurança. Apesar disto, muitos americanos mostram-se agora desconfiados com a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), receando mesmo que possa enfraquecer a OTAN. Que preocupações tem a nova administração dos EUA acerca deste projecto e o que devem fazer os europeus para as dissipar?

JD: A administração esclareceu que apoia o desenvolvimento duma política europeia de segurança e defesa que reforce a Aliança, contribua para as capacidades gerais e evite a duplicação das estruturas de planeamento da Aliança existentes. É assim que a PESD se está a desenvolver e que desejamos e esperamos que continue a desenvolver-se. Contudo, ainda há problemas por resolver, que têm que ser tratados nos próximos meses nas conversações em curso entre a OTAN e a União Europeia. Nestes problemas por resolver está incluído o mecanismo de execução do planeamento de forças na União Europeia e na OTAN. O relacionamento entre os processos de planeamento de forças das duas organizações está, portanto, a ser debatido, assim como os dispositivos de planeamento operacional e a questão de a OTAN poder ou não garantir o acesso da União Europeia ao seu planeamento em todas as circunstâncias. Também são necessários mais debates para identificar os

processos através dos quais os meios da OTAN poderão ser postos à disposição da União Europeia. E, por fim, ainda tem que ser resolvida a questão da participação dos Aliados não membros da UE em actividades e operações da UE.

CB: Os nove países participantes no Plano de Acção para a Adesão da OTAN esperam todos ser convidados a aderir à Aliança na sua cimeira do final do próximo ano. Embora Washington não tome decisões unilaterais sobre o alargamento da OTAN, a nova administração dos EUA terá muito a ver com a escolha dos convidados ou se qualquer país é convidado a aderir à Aliança. Que factores serão tidos em conta nesta decisão e como podem os países candidatos maximizar as suas probabilidades de adesão?

JD: A chave para a futura adesão à Aliança é o Plano de Acção para a Adesão. Todos os países candidatos estabeleceram Planos de Acção para a Adesão, estão actualmente a trabalhar na sua implementação e serão apreciados de acordo com eles, quando chegar a altura. O empenho dos países e o grau de esforço desenvolvido na sua preparação para a adesão à OTAN são certamente critérios importantes para as decisões sobre os futuros membros. Por outro lado, a medida em que os países criaram de forma irreversível instituições democráticas e as perspectivas de estabilidade democrática também são considerações importantes. ■

© US State Department

James Dobbins (à esq.) tomou posse como Secretário de Estado adjunto dos EUA para os assuntos europeus em Janeiro de 2001, cargo que tinha exercido interinamente desde Maio de 2000. Um diplomata de 58 anos, passou mais de duas décadas a tratar dos assuntos europeus durante uma carreira de mais de 30 anos no Departamento de Estado.

Antes de se tornar Secretário de Estado adjunto para os assuntos europeus, o embaixador Dobbins, entre Fevereiro de 1999 e Maio de 2000, foi conselheiro especial do Presidente e do Secretário de Estado para o Kosovo e a Bósnia-Herzegovina. Nestas funções, teve responsabilidade importante na gestão da crise dos Balcãs durante a campanha aérea da OTAN no Kosovo.

Anteriormente, o embaixador Dobbins actuou como alto responsável do Departamento de Estado nas operações de paz no Haiti, coordenando os aspectos diplomáticos e civis da intervenção de 1994-96, e na Somália, supervisando a retirada das forças dos EUA em 1993-94. Entre 1996 e 1999, o embaixador Dobbins foi conselheiro especial do Presidente e director principal para a América Latina no Conselho Nacional de Segurança.

Além dos seus cargos oficiais, o embaixador Dobbins foi membro da Rand Corporation em 1993 e do Conselho das Relações Externas em 1995-96. Antes de entrar para o Departamento de Estado, o embaixador Dobbins serviu durante três anos como oficial na Marinha dos EUA, tendo feito duas comissões no teatro de guerra do Vietname.

Começar de novo

Christoph Bertram avalia as preocupações e expectativas europeias depois da mudança de inquilino na Casa Branca

© Reuters

Regresso ao futuro: O Presidente Bush rodeou-se duma equipa de política externa que é, em grande parte, a mesma que deixou o cargo com o seu pai há oito anos atrás.

Sempre que entra uma cara nova para a Casa Branca, os governos europeus suspendem a respiração. A mudança maciça dos principais responsáveis que acompanha a substituição presidencial significa que numerosos membros da nova administração estão a definir a sua posição nos primeiros meses. Além disso, embora todos os candidatos presidenciais dos EUA prometam ultrapassar o que está no cargo no "reforço das relações com os nossos aliados", os europeus aprenderam a ser cautelosos. Nunca tiveram razão para duvidar da boa vontade dum novo presidente, mas por vezes sentiram-se apreensivos acerca das qualificações de alguns membros da nova equipa ou com dúvidas acerca da aparentemente irreprimível ânsia de reapreciar a política anterior e desenvolver novos cenários.

Christoph Bertram é o director da Stiftung Wissenschaft und Politik de Berlim. É co-autor, com Gilles Andréani e Charles Grant, de Europe's Military Revolution (Centre for European Reform, 2001).

Contudo, desta vez, as coisas são diferentes. O Presidente George W. Bush rodeou-se duma equipa de política externa que é, em grande parte, a mesma que deixou o cargo com o seu pai há oito anos atrás. Essa administração foi muito apreciada pela forma hábil como enfrentou a reunificação alemã, o desaparecimento da União Soviética e as consequências da invasão do Kuwait pelo Iraque. Mas o conhecimento profundo desta equipa foi insuficiente para tranquilizar os responsáveis da política externa da Europa. Não é a competência da nova administração que causa preocupação mas o seu programa. Muitos europeus receiam ter que enfrentar opções difíceis sobre questões euro-atlânticas como a defesa contra mísseis e o alargamento da OTAN, bem como sobre questões mais longínquas em que os Estados Unidos estão a adoptar uma atitude mais dura, como na política em relação ao Iraque e à China, à Rússia e ao aquecimento global.

Estes receios são largamente injustificados quando de trata das questões mais tradicionais da Aliança. Parecem ser motivo de divisões mas deverão tornar-se perfeitamente controláveis. Os verdadeiros problemas situam-se fora da agenda da OTAN. Nestas questões de segurança mais vastas, não há qualquer coordenação entre os Estados Unidos e os seus Aliados europeus e há realmente o risco de que aumente o afastamento entre as percepções políticas transatlânticas que se verificou nos últimos anos.

Quanto à agenda de segurança tradicional, o projecto dos EUA duma Defesa Nacional contra Mísseis (NMD), uma das prioridades do novo Presidente, provocou a maior controvérsia até agora. Contudo o problema já está a perder a sua acuidade, pois os governos europeus compreendem que pouco podem fazer quanto à decisão de Washington de avançar. Muitos aliados opuseram-se à NMD por se preocuparem com a reacção russa. Contudo, com o Presidente russo Vladimir Putin a dar sinais dum possível acordo, combinando reduções drásticas nas forças estratégicas ofensivas russas e americanas com um ajustamento do Tratado ABM, os europeus estão a começar a reconhecer que a NMD pode realmente oferecer novas possibilidades de redução das armas estratégicas. Estão a começar a ficar conscientes, como os russos, de que a proliferação de mísseis balísticos será um dia uma ameaça real para a sua própria segurança. Se a introdução da NMD for conciliada com um regime formal de restrição e acompanhada de reduções significativas dos arsenais nucleares, as razões para se lhe opor desaparecem. Até mesmo uma participação activa num sistema envolvendo toda a Aliança se torna uma perspectiva atractiva embora distante.

É evidente que ainda aí não chegámos. As verdadeiras negociações com a Rússia sobre a alteração do Tratado ABM têm que ter lugar e as sugestões de reduções profundas das ogivas nucleares não passam de tentativas. Mas, agora, há pelo menos um objectivo que os europeus podem partilhar. O projecto NMD, cuja viabilidade ainda não foi demonstrada, não tem necessariamente que dividir a Aliança enquanto qualquer decisão sobre o abandono do Tratado ABM estiver adiada.

Muitos apoiantes da NMD nos EUA interrogam-se sobre qual a razão por que os seus Aliados europeus atribuem tanta importância a um tratado que eles consideram como um anacronismo da época em que existia a União Soviética e em que as limitações das defesas contra mísseis pareciam ser um elemento essencial da transparência da dissuasão nuclear entre as superpotências. Os europeus admitem facilmente que o mundo mudou mas acham que as regras da competição nuclear não deixam de ser importantes no novo ambiente de segurança. Formalmente, o Tratado ABM pode ser um acordo bilateral entre a Rússia e os Estados Unidos, mas exprime as estimativas das actuais e futuras potências nucleares e constitui um medida de previsibilidade na concorrência nuclear internacional. Portanto, os europeus não se oporiam mesmo a revisões importantes do Tratado mas ficariam muito preocupados com o seu abandono. Os Estados Unidos deverão levar a sério esta preocupação e podem muito bem fazê-lo. O tempo que ainda falta até que haja qualquer sistema NMD eficaz significa que não há qualquer urgência em abandonar o Tratado. Como o governo russo parece inclinado a considerar uma certa revisão, os desejos europeus poderão muito bem ser satisfeitos sem entravar os planos dos EUA.

A segunda fase do alargamento da OTAN é outra causa potencial de tensão transatlântica. Uma decisão sobre quais, se alguns, os países candidatos convidados a aderir à Aliança deve ser tomada na próxima Cimeira da OTAN em Praga em 2002 e poucos governos europeus estão a insistir na questão. Contudo, compreendem que o simples adiar da decisão não é uma opção devido aos compromissos assumidos na Cimeira de Washington de 1999. A questão do alargamento está na agenda da Aliança porque todos os membros a inscreveram lá, não apenas os Estados Unidos.

Embora ainda não tenha surgido uma linha definida, os contornos do debate estão a tornar-se mais claros. Mas os dirigentes Aliados não podem esperar por Praga para se decidir. Isto porque as repúblicas do Báltico estarão inevitavelmente na agenda, sejam ou não convidadas a aderir à Aliança na próxima fase, em consequência dos protestos da Rússia de que a sua adesão constituiria uma afronta inaceitável à sua própria segurança. A decisão de as incluir ou não na próxima fase de alargamento deveria, portanto, ser comunicada à Rússia e às repúblicas do Báltico bastante antes da Cimeira de Praga e não anunciada em cima da hora. Se as repúblicas do Báltico forem convidadas, a Rússia precisa de ser tranquilizada acerca da ausência de qualquer intenção hostil. Se as repúblicas do Báltico ficarem à espera, será preciso reafirmar claramente que isto não enfraquecerá os laços de segurança mais indirectos que têm actualmente com o Ocidente. Não há, portanto, muito tempo para preparar o consenso necessário no seio da Aliança, suscitar o necessário apoio interno nos EUA, particularmente no Senado, e desenvolver uma estratégia comum para implementar a decisão.

Outra causa potencial de preocupação transatlântica é a intenção da União Europeia de criar uma força de reacção rápida até 2003. Já cauteloso durante a administração Clinton, o apoio dos EUA é provável que se mantenha pouco entusiástico com a nova liderança. Os Estados Unidos continuam a ver a OTAN como o instrumento central da sua política europeia e não querem ver a organização enfraquecida por qualquer projecto de defesa europeu independente. Todavia, poucas semanas depois de assumir o poder, a nova administração retomava o assunto sensivelmente onde a anterior o tinha deixado: nem um acolhimento esfuziante à iniciativa europeia mas também nenhuma obstrução. O único obstáculo é que, quaisquer que sejam as novas estruturas de coordenação europeias criadas, deverão manter-se vinculadas à OTAN.

As razões da atitude relativamente flexível da administração Bush são as mesmas que inspiraram o seu antecessor. Se os Aliados europeus reforçarem o seu esforço militar, mesmo que seja sob uma bandeira europeia, isto é bom para a Aliança no seu conjunto. Além disso, como os europeus continuarão a depender dos meios dos EUA para qualquer operação de envergadura no futuro previsível, os Estados Unidos manterão um poder de veto poderoso. As vantagens ultrapassam claramente os riscos. A posição oficial do Presidente Bush é agora dar aos governos europeus a possibilidade de cumprirem a sua palavra.

Ironicamente, o verdadeiro risco para as relações transatlânticas pode ser os europeus não conseguirem atingir o objectivo por si próprios fixado, e não o seu êxito. O projecto será julgado não pelas instituições que criar mas pelo poder militar adicional que originar. Enquanto que os novos órgãos da UE que tratam dos assuntos de segurança foram criados de foram notavelmente rápida, o objectivo duma capacidade militar autónoma credível continua por atingir.

Ninguém espera milagres até 2003. Mas, para ser credível, o empreendimento europeu exige pelo menos um aumento mensurável das capacidades de intervenção militar, acompanhado dos fundos necessários. Nos seus compromissos para a futura força de reacção rápida, os países da UE basearam-se largamente nos efectivos existentes. Ainda têm que aumentar o número de militares operacionais e aplicar muito dinheiro na melhoria da mobilidade das forças. Se o não fizerem nos próximos dois anos, a sua credibilidade nos Estados Unidos e na Europa decerto sofrerá muito. Não atingir os objectivos depois de todas as promessas feitas em comunicados da OTAN e da UE, poderá causar importantes incompreensões transatlânticas, bem como recriminações entre os países europeus. Os Estados Unidos podem adoptar uma atitude de esperar para ver. Os europeus não podem.

Se os europeus tiverem alcançado algo tangível até 2003, o seu êxito irá somar-se às opções militares em geral do Ocidente. Os governos europeus podem então sentir-se encorajados a prosseguir a reunião dos seus recursos e políticas militares e a preocupação dos Estados Unidos acerca duma OTAN menos centrada nos EUA pode, então, ganhar algum terreno. Mas o desafio de adaptar a Aliança a tempos e circunstâncias em mudança tem que ser enfrentado em qualquer caso. Na verdade, uma maior contribuição europeia para a gestão de crises no continente só ajudaria a enfrentar este desafio com mais eficácia. Mas trata-se de assuntos que não precisam de ser tratados no primeiro mandato do Presidente Bush.

Enquanto as actuais estruturas da OTAN se mostram, assim, mais uma vez, capazes de enfrentar e eliminar todos os futuros problemas euro-atlânticos potencialmente causadores de divisão, o mesmo não se passa com as questões de segurança fora da área geográfica da OTAN. Dois exemplos, o do Iraque e o da China, podem ilustrar o problema geral.

Quanto ao Iraque a frustração é generalizada. Nem as sanções nem as zonas de exclusão aérea conseguiram obrigar Bagdade a abandonar os seus planos de rearmamento ou a readmitir os inspectores da ONU. Entretanto, o apoio a Saddam Hussein está a aumentar no mundo árabe no seguimento do colapso do processo de paz do Próximo Oriente, enfraquecendo a influência do Ocidente nesta região produtora de petróleo. Nem os Estados Unidos nem os Aliados europeus têm uma solução para o problema. Contudo, a sua intuição aponta em direcções muito diferentes. Os europeus preferem uma "solução política" sem serem capazes de a formular. A nova administração dos EUA inclina-se para um endurecimento da acção militar. É difícil prever como poderá ser superada esta divergência.

Embora bem-vindos, os esforços para encontrar "sanções inteligentes", que atinjam o regime e não o povo do Iraque, não é provável que produzam resultados tangíveis rapidamente. Outras soluções terão, portanto, que ser encontradas. E, aqui, as preferências europeias e dos EUA é provável que provoquem atritos, com os Estados Unidos possivelmente a deitar as culpas do fracasso da acção militar para a falta de apoio europeu e com os europeus a responderem culpando o unilateralismo dos EUA de contrariar a sua abordagem política.

A China é outro exemplo. Aqui, as divergências entre os dois lados do Atlântico são menos pronunciadas, sobretudo porque os europeus não têm uma política muito definida em relação à China, a não ser que a defesa dos interesses comerciais e um desejo geral de não isolar a China sejam considerados como tal. Os Estados Unidos, por outro lado, são um dos pilares da estabilidade na Ásia e o seu relacionamento com a China afecta toda a região. O aparente endurecimento da atitude dos EUA em relação à China durante a administração Bush poderá ter vastas repercussões. A Europa poderá vê-lo como outro exemplo do unilateralismo americano, duplamente ressentida porque realça a ausência de qualquer verdadeira estratégia europeia.

> Para o Ocidente a segurança tornou-se um assunto que ultrapassa largamente o campo de acção das estruturas actuais da Aliança

Áreas de possível desacordo transatlântico em questões tradicionais da Aliança, como a defesa contra mísseis, o alargamento e a integração da defesa europeia, parecem estar a caminho de ser resolvidas. Em conjunto com os seus Aliados europeus, a administração Bush lidará com elas não menos eficazmente que as administrações anteriores. Contudo, o Iraque e a China realçam o facto de a segurança para o Ocidente se ter tornado um assunto que ultrapassa largamente o campo de acção das estruturas actuais da Aliança, bem como a conveniência duma coordenação política e de gestão de crises mais estreita entre os Estados Unidos e os seus Aliados europeus fora da área geográfica da OTAN. Aqui, os Estados Unidos estão pouco habituados a consultar a Europa sobre a sua política, e estão talvez pouco inclinados a fazê-lo. Mas uma União Europeia crescentemente mais confiante, que através do seu próprio processo de alargamento se está a aproximar de regiões de crise mais longínquas, irá desenvolver gradualmente um sentido da sua própria responsabilidade pela ordem internacional. E o estabelecimento desta ordem dependerá largamente do trabalho conjunto das duas principais entidades de poder do Ocidente.

A administração Clinton parecia estar instintivamente a querer começar a pensar na evolução do relacionamento com a Europa neste sentido, embora não estivesse nada claro como é que esta cooperação poderia ser organizada. A administração Bush e os seus apoiantes no Congresso não mostraram uma disposição análoga e não parecem estar preparados nem dispostos a desenvolvê-la. É nestas questões globais, mais vastas, e não nas questões internas da Aliança, que o relacionamento Europa-EUA enfrentará o seu maior desafio. ■

Debate

A natureza básica do relacionamento transatlântico em matéria de segurança está em mudança?

Sim:

François Heisbourg é director do Centro de Política de Segurança de Genebra

Não

Rob de Wijk é professor de relações internacionais na Universidade de Leiden, na Real Academia Militar e no Instituto Clingendael.

Caro Rob

Dado o êxito da OTAN na demonstração da sua relevância e da sua valia face aos desafios da era pós-Guerra Fria na Europa, podemos ser tentados a concluir que a Aliança do Atlântico apenas precisa duma pequena adaptação nos próximos anos. Afinal, passou com êxito a prova da guerra e da paz nos Balcãs. Era bom que fosse assim tão simples! A OTAN terá que sofrer uma importante transformação, se quiser continuar a assegurar a parceria estratégica entre os seus membros norte-americanos e europeus. A primeira e mais evidente razão para justificar esta opinião é o repentino e bem real emergir duma Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) no quadro da União Europeia. Do ponto de vista da OTAN, trata-se dum acontecimento revolucionário. É verdade que a PESD não emergiu só porque o Reino Unido decidiu em 1998 que isto seria uma boa ideia e Londres não procura enfraquecer a OTAN. Contudo, a PESD pode provocar uma mudança radical se as metas institucionais e materiais da União Europeia forem atingidas, porque isso implicará que a Aliança do Atlântico se tornará uma organização com dois pilares, com uma personalidade política e militar colectiva da União Europeia. Este cenário não deverá, em si mesmo, constituir um problema transcendente para a OTAN em geral e para os Estados Unidos em particular. Afinal, será a concretização com um certo atraso da visão apresentada em 1962 pelo Presidente John F. Kennedy duma OTAN com dois pilares. Contudo, o que é um facto é que será um acontecimento traumático, pois a OTAN nunca funcionou assim.

A outra origem possível de perturbação resulta das opções dos EUA. A Defesa Nacional contra Mísseis (NMD) vem logo à cabeça. Mas esta não é, na minha opinião a principal origem do desafio dos Estados Unidos à "velha" OTAN, embora seja a mais visível e com maior carga política. A OTAN será posta em causa de forma mais alargada por mudanças importantes e inevitáveis da estrutura e da doutrina das forças dos EUA resultantes de considerações orçamentais e estratégicas. Os governos europeus, que são constantemente recordados da insuficiência das suas despesas com a defesa pelos seus amigos dos EUA ou por analistas europeus como você e eu, terão agora que aceitar as consequências das restrições orçamentais dos EUA. Não só as despesas da defesa dos EUA diminuíram para menos de 3% do PIB no presente ano fiscal, pela primeira vez desde a criação da OTAN, como, mais importante ainda, as forças armadas dos EUA serão confrontadas com a obsolescência geral na próxima década dos importantes sistemas de armas adquiridos durante a era Reagan. A substituição destes sistemas, na base duma continuidade na estrutura e na doutrina das forças dos EUA, implicará um aumento anual das despesas da defesa de cerca de 50 biliões de USD.

FRANÇOIS HEISBOURG contra ROB DE WIJK

> A PESD pode provocar uma mudança radical porque isso implica que a Aliança do Atlântico se tornará uma organização com dois pilares
>
> **FRANÇOIS HEISBOURG**

Não é provável que isto aconteça, especialmente no contexto de reduções maciças dos impostos. A estrutura e a doutrina das forças terão que mudar. O facto de Andy Marshall, cujo nome está ligado à Revolução nos Assuntos Militares (RMA), ter sido encarregado duma revisão da política é um presságio de mudanças profundas.

A nível estratégico, a tendência de mudança não é menos radical. Os riscos mais graves de confrontações militares realmente importantes envolvendo os interesses e os parceiros dos EUA são sobretudo na Ásia, do Próximo Oriente e do Golfo a Taiwan e à Coreia. Agora que o ex-Presidente da Jugoslávia Slobodan Milosevic deixou de estar no poder na Sérvia, os Estados Unidos podem achar aceitável abandonar a quase paridade existente actualmente entre as suas forças estacionadas na Europa e as empenhadas na Ásia, centrando a sua atenção neste continente.

As pressões orçamentais e as realidades estratégicas irão fazer baixar os níveis absoluto e relativo da presença militar dos EUA na Europa. Além disso, a natureza desta presença também pode mudar se, em consequência da Revolução nos Assuntos Militares, os Estados Unidos concluírem que as traves mestras tradicionais da estrutura de forças dos EUA (as divisões do Exército, os grupos operacionais de porta-aviões da Marinha, as esquadras da Força Aérea) têm que ser substituídas por algo diferente. Neste contexto, a defesa contra mísseis agirá como catalisador, realçando a substituição das traves mestras da estrutura de forças dos EUA pós-Segunda Guerra Mundial e pesando mais no escasso orçamento da defesa. A versão da defesa contra mísseis da administração Clinton era avaliada como custando 60 biliões de USD durante um período de cinco anos, isto é, substancialmente mais do que os aumentos previstos nas despesas da defesa.

A PESD, por um lado, e a mudança feita pelos EUA, por outro, podem muito bem revelar-se compatíveis. Mas, como quer que seja, são forças profundamente perturbadoras face aos primeiros 50 anos da história da OTAN. De certa maneira, é agora que a herança da Guerra Fria, em termos de organização e de doutrina, está finalmente a começar a desaparecer.

Seu,
François

Caro François,

Considerou que a OTAN teria que sofrer uma importante transformação devido à rápida evolução da PESD e das opções políticas dos EUA. Concordo com a maior parte da sua análise mas não partilho a sua conclusão. A "velha" OTAN a que se referiu já não existe pelas seguintes razões.

Primeiro, a OTAN já sofreu uma transformação impressionante. Depois da Guerra Fria, a OTAN transformou-se a si própria duma aliança para a defesa colectiva e para consultas transatlânticas numa organização com mais ênfase na cooperação em matéria de defesa e na segurança cooperativa. Assim, a OTAN lançou novas iniciativas como o Conselho de Cooperação do Atlântico Norte, o antecessor do actual Conselho de Parceria Euro-Atlântico, o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia, o diálogo OTAN-Ucrânia e a Parceria para a Paz. E a Aliança admitiu novos membros. Em numerosos comunicados, os dirigentes da OTAN têm afirmado que a segurança cooperativa exige uma estreita cooperação com os Parceiros como condição prévia para uma Europa pacífica, estável e unida.

Segundo, a OTAN assumiu novas missões. A revolução europeia de 1989, a Guerra do Golfo e as guerras da desintegração da Jugoslávia abriram o caminho para a execução de missões de apoio da paz e de operações de reacção a crises fora da área da OTAN. Além disso, estas novas missões ganharam uma nova dimensão quando os Parceiros foram convidados a contribuir para as coligações multinacionais dirigidas pela OTAN, como a SFOR e a KFOR. O Processo de Planeamento e Análise (PARP) procura harmonizar o planeamento da defesa dos países membros da OTAN e dos Parceiros com o objectivo de melhorar a interoperacionalidade nas operações conjuntas.

Terceiro, a OTAN já acolheu a ideia dum pilar europeu. No Conceito Estratégico da Aliança de 1991, a estratégia política da OTAN, foi acordado que deveria ser desenvolvida no quadro da OTAN "uma identidade europeia de segurança". A cimeira da OTAN de 1994 aprovou os conceitos de "forças separáveis mas não separadas" e das Forças Operacionais Combinada Multinacionais (CJTF) que poderiam ser postas à disposição para operações não de defesa colectiva dirigidas pelos europeus. Em Berlim em 1996, os ministros dos negócios estrangeiros da OTAN decidiram criar uma Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD). Durante a sua reunião de 1998 em Saint-Malo, o Presidente francês Jacques Chirac e o Primeiro-ministro do Reino Unido Tony Blair tomaram a iniciativa de criar uma capacidade de acção autónoma da Europa, que levou ao Objectivo Global de Helsínquia da UE de criar uma força de intervenção rápida de 60 000 homens até 2003. Durante a Cimeira de Washington de 1999, os dirigentes da Aliança aprovaram os mecanismos necessários para permitir o acesso da UE aos meios e capacidades colectivos da OTAN para operações de reacção a crises em que a Aliança como um todo não esteja militarmente envolvida. Além disso, é importante lembrar que os Estados Unidos apoiaram plenamente estes mecanismos. Por outras palavras, a OTAN chegou a

um consenso sobre a IESD e o seu papel no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) da União Europeia, incluindo a PESD.

Estou de acordo com os seus comentários sobre a possível perturbação resultante das opções políticas dos EUA. A defesa contra mísseis poderá criar divisões no seio da OTAN. Além disso, os Estados Unidos darão certamente mais ênfase à defesa dos seus interesses na Ásia Central, especialmente na rica em petróleo bacia do mar Cáspio. Na verdade, os Estados Unidos terão que investir em forças expedicionárias para este fim. Mas substituir as dispendiosas unidades mecanizadas e plataformas (aviões e navios), que foram altamente relevantes durante o período da Guerra Fria, por unidades mais pequenas e mais flexíveis com grande poder de fogo e melhor mobilidade para a projecção de força no estrangeiro poderá também poupar dinheiro. Espero que Andy Marshall avance com ideias novas neste domínio. Contudo, estou optimista quanto à capacidade do Presidente Bush para convencer o Congresso a aumentar o orçamento no caso de Marshall propor uma nova visão estratégica.

A maior causa de perturbação é outra. Até 1998, o pluralismo era uma característica dominante da política externa dos EUA. Os Estados Unidos tomaram iniciativas para reforçar a segurança cooperativa na Europa e para criar um sistema de instituições complementares e mutuamente reforçadoras. Por várias razões, a política externa dos EUA deu menos ênfase ao reforço da segurança cooperativa em 1998. Pelo contrário, foi dada mais ênfase à promoção dos interesses nacionais. Isto levou a um envolvimento mais selectivo no resto do mundo. As intervenções em 1998 no Sudão, Afeganistão e Iraque, a NMD e a recusa do Senado em ratificar o Tratado de Interdição Geral dos Ensaios realçam esta mudança na política externa dos EUA. Além disso, a campanha aérea da OTAN no Kosovo tornou claro o âmbito da dependência europeia em relação aos Estados Unidos para operações militares de grande envergadura. Desta maneira, a mudança da política externa dos EUA e o desfasamento tecnológico fez com que os europeus receassem a desagregação da segurança europeia e dos EUA e ajudou a fazer avançar a PESC e a PESD.

Em resumo, a "velha" OTAN já não existe, há consenso sobre o caminho a seguir, inclusive no desenvolvimento duma identidade europeia de defesa, e a origem possível de perturbação é a percepção de que os Estados Unidos iniciaram uma política de envolvimento selectivo que poderá levar à desagregação da segurança dos EUA e da Europa. Portanto, a verdadeira questão é como manter os Estados Unidos plenamente envolvidos para garantir que a OTAN mantenha a sua relevância no futuro.

Seu,
Rob

Caro Rob,

Partilho a sua ênfase na capacidade da OTAN de se adaptar a novas circunstâncias. Contudo, há uma qualidade destas mudanças que faz lembrar a frase de *O leopardo* de Giuseppe Tomasi Di Lampedusa: "Tudo tem que mudar para que nada mude". Os desafios a que me refiro obrigarão a Aliança não simplesmente a adaptar-se mas a transformar-se numa organização com dois pilares, em actos e não apenas em palavras. A IESD dificilmente se poderá concretizar enquanto não houver uma política de toda a Europa para a apoiar, e a ausência desta política não é culpa da OTAN. Agora que a PESD se está tornar uma realidade, os Aliados da OTAN estão confrontados com o desafio de cumprir os compromissos assumidos na Cimeira de Washington de 1999 de dar à União Europeia acesso aos meios e capacidades colectivos da OTAN. Como bem sabe, pelo menos um importante país membro, a Turquia, não se mostrou entusiasmado a este respeito. A OTAN pode ter acolhido a ideia do pilar da UE, mas quando se trata de acolher a realidade, as coisas não são tão simples.

A principal variável na determinação da capacidade da OTAN para passar duma construção com dois pilares em vez de um está na política dos EUA. Como sugeriu, é claro que, se os Estados Unidos enveredarem decididamente pelo unilateralismo, então as probabilidades duma OTAN com dois pilares serão, na verdade, fracas. Afinal, Washington não gostou muito das restrições impostas pela natureza multilateral da OTAN durante a campanha aérea do Kosovo. A "guerra dentro da guerra" entre as cadeias de comando da OTAN e dos Estados Unidos é ilustrativa disto. Se uma OTAN com um pilar já é considerada incómoda por alguns nos Estados Unidos, parece haver pouca possibilidade de uma Aliança com dois pilares, com uma componente europeia, obter muito apoio em Washington.

Contudo, uma mudança militar radical nos Estados Unidos abre a possibilidade dum novo *modus operandi* entre os Estados Unidos e a Europa no quadro da OTAN. Washington quererá centrar-se mais na Ásia – onde estão os riscos militares mais graves e os Estados estrategicamente mais importantes – e reduzirá a sua estrutura de forças avançada por razões orçamentais e relacionadas com a RMA. A defesa contra mísseis também actuará como catalizador desta mudanças profundas na estrutura e na doutrina das forças dos EUA, pois os aumentos do orçamento da defesa serão provavelmente encaminhados para esta área. Dadas estas restrições orçamentais e estas mudanças estratégicas, Washington terá razão para fazer pressão para que a PESD seja desenvolvida e não reduzida..

> Os americanos têm que se sentir à vontade com a velocidade do processo que leva à PESD
>
> **ROB DE WIJK**

Chegou agora a altura de a União Europeia iniciar uma revisão estratégica.

FRANÇOIS HEISBOURG

Posso estar a ser demasiado optimista. Talvez a administração Bush adopte uma suspensão unilateral do envolvimento estratégico e militar dos EUA na cena internacional, e isto seria realmente mau para a OTAN. Mas a composição das equipas da segurança e da defesa da nova administração não aponta nesta direcção.

Seu,
François

Caro François,

Tinha razão ao dizer que quando se trata de acolher a realidade e não a ideia, as coisas não são tão fáceis. Também estou de acordo que os Estados Unidos darão provavelmente mais ênfase aos seus interesses em matéria de segurança fora da Europa. Na verdade, esta mudança exigirá que Washington faça pressão não para uma redução mas para um desenvolvimento da PESD.

Considerei que a aceleração tanto da PESC como da PESD era, entre outras coisas, provocada pelos receios europeus de que as mudanças da política externa dos EUA e o atraso tecnológico levassem a uma desagregação da segurança europeia da dos EUA. Contudo, a continuação do desenvolvimento da PESD já não depende das opções estratégicas dos EUA. A razão é que o processo foi lançado em Saint-Malo em 1998. A declaração de Saint-Malo complementou o debate sobre questões institucionais com decisões sobre as capacidades. Depois de Saint-Malo, várias medidas cruciais foram tomadas para adaptar as estruturas da Aliança à nova IESD. No Conselho da Europa em Colónia em 1999, foi decidido criar na UE um Comité permanente de Política e Segurança, um Comité Militar e um Estado-Maior Militar. A importância destas decisões dificilmente pode ser exagerada.

A criação de novas estruturas político-militares permanentes em Bruxelas levará à criação duma nova burocracia. Na verdade, o Estado-Maior Militar da União Europeia já tem mais de 130 pessoas. Inevitavelmente, esta burocracia elaborará políticas que, por sua vez, criarão um dinamismo próprio. Por outras palavras, a criação de novas estruturas permanentes da UE, juntamente com a lista de forças para operações dirigidas pela UE acordada na Conferência de Empenhamento do ano passado em Bruxelas, criou um dinamismo independente das políticas dos EUA, com possíveis consequências de longo alcance para as relações transatlânticas.

É por causa disto que o Reino Unido se tornou o principal protagonista. Onde a França está sempre a favor de apressar o processo no sentido da PESD, o Primeiro-ministro Blair está hesitante por causa das possíveis consequências para as relações transatlânticas. Isto sublinha o meu anterior comentário de que o verdadeiro desafio é como manter os Estados Unidos plenamente envolvidos, para garantir que a OTAN conserva a sua relevância. Como uma primeira medida, os Estados membros da UE deverão acordar num conceito estratégico, enunciando os seus interesses comuns, onde podem estar em risco e como podem ser protegidos. Isto deverá servir de base para a defesa e o planeamento operacional.

Isto leva-me à questão da liderança. Provavelmente, o maior obstáculo ao desenvolvimento e instalação duma capacidade europeia autónoma é a falta dum guia incontestável. A liderança é uma condição prévia para uma defesa e um planeamento operacional eficazes. Até agora, os protagonistas principais – França, Alemanha e Reino Unido – estão a jogar com regras diferentes. Numa perspectiva teórica, Javier Solana, o Alto Representante da União Europeia para a política externa, deveria dirigir a PESD. Mas enquanto a União Europeia seguir políticas de segurança e defesa intergovernamentais, isto é improvável. Se os europeus gerirem mal este processo, poderá emergir uma OTAN com dois pilares, consistindo num fórum político para as consultas transatlânticas com a muito elogiada estrutura militar integrada dividida entre a América do Norte e a União Europeia. Não é esta a OTAN que eu quero ver. Por um lado, sou a favor de manter a estrutura militar integrada, para poder evitar uma desnecessária duplicação. Por outro lado, estou convencido de que a devemos tornar mais flexível, para que sejam possíveis CJTF dirigidas pela UE com "forças separáveis mas não separadas" e usando meios colectivos da OTAN. Para isso, os americanos e, é claro, os turcos têm que se sentir à vontade com a velocidade do processo que leva à PESD.

Seu,
Rob

Caro Rob,

Embora a PESD tenha natureza intergovernamental, segue fielmente o método "Jean Monnet" para a integração europeia: primeiro, estabelece-se uma *solidarité de fait* – as novas instituições de defesa e segurança e a força do Objectivo Global – e depois, mas só depois, aborda-se a questão do seu fim, a *finalité strategique,* por assim dizer. Chegou agora a altura de a União Europeia – talvez durante a próxima presidência belga – iniciar uma revisão estratégica. Isto é crucial não só no interesse da PESD em si mesma mas para o relacionamento transatlântico. Tanto a União Europeia como os Estados Unidos têm que decidir colectivamente se querem dar ênfase à divisão da tarefa – "Os

europeus tratam da Europa, os Estados Unidos do mundo" – ou se querem sublinhar a partilha dos riscos dentro e fora da área da OTAN. Eu preferiria claramente a última opção, mas não há por enquanto um consenso firme sobre este assunto nem nos Estados Unidos nem na União Europeia.

Depois há o problema existencial da liderança na União Europeia. A OTAN tem funcionado na base de um pilar, em que os Estados Unidos são mais do que um primus inter pares. Este modelo não convém obviamente à União Europeia, em que nenhum membro pode sempre assumir sozinho o encargo da liderança. As novas instituições da PESD, assemelham-se às instituições da OTAN mas não podem funcionar da mesma maneira. Em consequência, a capacidade da PESD para funcionar eficazmente como segundo pilar da OTAN dependerá da revisão institucional, e possivelmente constitucional, da União Europeia, revisão que está prevista para 2004, data em que nem a França, nem a Alemanha, nem o Reino Unido estão sujeitos à pressão de eleições gerais iminentes.

Entretanto, é tranquilizador ver que a OTAN e a União Europeia estão a aprender de facto a funcionar conjuntamente em sinergia face à extraordinariamente complexa situação na Ex-República Jugoslava da Macedónia*. Este caso dá alguma esperança de a prazo se poder chegar a um modelo com dois pilares.

Seu,
François

Caro François,

Fiquei contente por saber que é a favor dum conceito estratégico para a União Europeia. Também eu estou convencido de que não precisamos duma divisão da tarefa entre os europeus e os americanos. Do que precisamos é dum conceito estratégico que tenha como ponto de partida os interesses colectivos. A prosperidade dos Estados membros da UE depende dum ambiente global estável e seguro, que pode ser ameaçado por acontecimentos na Ásia ou em África. Em consequência, a União Europeia não tem outra opção que não seja desempenhar um papel activo nos assuntos mundiais com o objectivo de defender os seus interesses e de reforçar o primado do direito internacional. Um conceito estratégico deverá, portanto, definir o lugar da União Europeia na distribuição global do poder. Se a União Europeia avança de modo desordenado sem uma orientação definida, a sua influência provavelmente diminuirá e poderá surgir um vazio de poder.

Não sou a favor duma divisão da tarefa, onde "a Europa trata da Europa e os Estados Unidos do resto do mundo". Nós, europeus, precisamos de ter capacidade de projecção de poder para defender os nossos interesses. Esta capacidade também deverá ser usada para projectar estabilidade, ou seja, para efectuar operações de apoio da paz. Como primeira medida, os membros europeus da OTAN deverão implementar a Iniciativa das Capacidades de Defesa da OTAN, de preferência através de empreendimentos conjuntos europeus. Só através duma cooperação estreita seremos capazes de obter maior rendimento dos nossos investimentos.

Um conceito estratégico ajudar-nos-ia a definir as chamadas "tarefas de Petersberg", que estão incorporadas nos tratados sobre a União Europeia: tarefas humanitárias e de salvamento, tarefas de manutenção da paz e tarefas de forças combatentes na gestão de crises, incluindo o restabelecimento da paz. Dentro da União Europeia ainda há opiniões políticas divergentes. Por outro lado, os membros da União Europeia com grande vocação transatlântica, como o meu próprio país, a Holanda, são tradicionalmente a favor duma interpretação limitada das tarefas de Petersberg. Para garantir a participação dos EUA nas crises mais graves, querem executar apenas operações de pequena envergadura no limite inferior da gama de conflitos. Por outro lado, os membros da UE com forte orientação europeia, como o seu país, a França, são a favor do desenvolvimento de capacidades militares para poder executar estas tarefas em toda a gama de conflitos.

Contudo, as coisas estão a mudar. O governo holandês está a ficar mais compreensivo quanto à ideia de reforçar a defesa europeia. Na minha opinião, pessoas como você e eu deveriam tentar convencer os políticos de que uma União Europeia com interesses globais exige uma interpretação maximalista das tarefas de Petersberg. Deveremos tornar claro que isto não irá enfraquecer mas reforçar a OTAN. Portanto, deveremos realçar a necessidade de evitar uma duplicação desnecessária. Uma OTAN com dois pilares, com duas burocracias a tratar de tarefas semelhantes e, em última análise, duas estruturas militares integradas, seria lamentável.

Partilho a sua opinião de que é tranquilizador ver que a OTAN e a União Europeia estão a aprender a funcionar em sinergia na Ex-República Jugoslava da Macedónia*. Trata-se dum precedente de importância primordial. Se a OTAN e a União Europeia não gerirem adequadamente a situação, a possibilidade duma escalada é enorme. Se a gerirem habilmente, isso demonstrará mais uma vez que a OTAN e a União Europeia são indispensáveis para a paz e a estabilidade na Europa e podem trabalhar eficazmente em conjunto.

Seu,
Rob

> A União Europeia não tem outra opção que não seja desempenhar um papel activo nos assuntos mundiais
>
> **ROB DE WIJK**

CARAS NOVAS NA OTAN

Nos últimos anos, apareceram caras novas na sede da OTAN em Bruxelas quando nacionais dos países Parceiros aproveitaram a possibilidade de assistir à tomada de decisões e ao funcionamento da Aliança. Desde 1999, mais de 20 jovens funcionários civis de países Parceiros beneficiaram dum programa de estágio da Parceria para a Paz (PfP) que lhes permitiu trabalhar bem no âmago da Aliança.

Este programa, que foi revelado numa reunião do Conselho de Parceria Euro-Atlântico em Novembro de 1998, tem conhecido uma popularidade crescente desde a chegada dos primeiros estagiários dos Parceiros à sede da OTAN, imediatamente após à Cimeira de Washington da Aliança em 1999.

Foram criados oito cargos para o programa no Secretariado Internacional da OTAN em divisões envolvidas em actividades relacionadas com a PfP, dois em cada uma das divisões de Planeamento da Defesa e Operações, de Apoio da Defesa, de Planeamento Civil de Emergência e de Assuntos Políticos.

Os custos do programa de estágio são da responsabilidade dos países Parceiros. Contudo, para garantir que as pessoas de todo os países Parceiros tenham a mesma possibilidade de beneficiar do programa, alguns membros da OTAN patrocinaram certos estagiários. Um estagiário ucraniano, que está quase a participar, por exemplo, será apoiado financeiramente pelo Reino Unido.

Todos os cargos destinados à PfP estão abertos a nacionais de todos os países Parceiros, mas os possíveis estagiários deverão ter um bom conhecimento de uma das duas línguas de trabalho da OTAN. Além disso, as divisões em causa têm a última palavra nas nomeações, que se baseiam nas qualificações dos possíveis estagiários e numa distribuição geográfica equitativa dos cargos. Para proporcionar aos estagiários uma experiência mais valiosa e garantir uma rotação regular dos cargos, os estágios são por um período que vai de alguns meses até um ano.

As condições em que os nacionais dos Parceiros trabalham na OTAN são reguladas por uma política especial que procura harmonizar a necessidade de informação dos estagiários com os regulamentos de segurança da OTAN. Embora muitas disposições tenham sido inspiradas nos mecanismos existentes para os estagiários de Estados membros da OTAN, os nacionais dos Parceiros não têm acesso a informação classificada ou a certas partes da sede da OTAN. Em consequência, são fornecidos passes de "visitante não acompanhado" aos estagiários dos Parceiros para lhes permitir as deslocações entre os seus gabinetes, localizados fora das áreas de segurança da OTAN, e as suas divisões de acolhimento. Além disso, foram estabelecidos mecanismos especiais para dar aos estagiários dos Parceiros acesso a informação reservada suficiente para executarem as suas funções.

© Holmberg

Sra. Holmberg: possibilidades únicas

Eric de Labarthe, coordenador do programa de estágio da PfP, explicou: "Foram dadas autorizações especiais para permitir aos estagiários assistir a reuniões relevantes para o seu trabalho quotidiano. Além disso, em consequência dos esforços em curso para harmonizar a classificação entre documentos da OTAN e da PfP, os estagiários já têm acesso a uma vasta gama de informação recentemente desclassificada".

Além do treino prático, os estagiários têm a possibilidade de dar uma contribuição pessoal ao funcionamento da Aliança. Com o acordo da sua divisão de acolhimento, os funcionários civis dos Parceiros podem ser encarregados de projectos individuais, desde a produção de publicações da OTAN até à preparação de análises de fundo e estudos de caso sobre assuntos relacionados com a PfP.

De acordo com Marie Holmberg, uma estagiária sueca que estudou, para a Divisão de Apoio da Defesa, o envolvimento dos países Parceiros no domínio dos armamentos terrestres da OTAN e das actividades relacionadas com a segurança , "Estes projectos individuais demonstram as possibilidades únicas oferecidas pelo Programa de Estágio da PfP".

A experiência duma cooperação intercultural e a aquisição dum conhecimento profundo da maneira como a OTAN funciona ajudam a desfazer mitos acerca da Aliança. A Sra. Holmberg disse que agora vê a Aliança em termos dos "dezanove países que a compõem" e aprecia "o valor do consenso na tomada de decisões".

Com um máximo de oito estagiários de cada vez, o programa de estágio da PfP é modesto em comparação com programas semelhantes no domínio militar. Contudo, a iniciativa demonstrou ser popular tanto entre o pessoal da sede da OTAN como entre os participantes dos Parceiros, pelo que poderá ser alargada. "A ideia foi bastante bem recebida, embora seja necessária mais análise para esta iniciativa ser implementada", disse o Sr. De Labarthe. ■

A CIMIC E A RECONSTRUÇÃO

Duge é uma remota aldeia nas montanhas Crnoljeva do Kosovo, próximo da encruzilhada entre as cidades de Urosevac e Prizren. Tem cerca de 200 habitantes, fica isolada do resto da província durante grande parte do Inverno e, como muitos outros locais do Kosovo, sofreu destruição em grande escala durante os com bates de 1998 e 1999. Actualmente, a vida está a começar a regressar à normalidade, em grande parte devido aos esforços duma equipa de cooperação civil-militar (CIMIC) da KFOR.

Os estragos na estrada principal para Duge fizeram com que fosse extremamente difícil para os seus habitantes entrar e sair da povoação, ter acesso imediato aos cuidados de saúde e poder levar os seus filhos à escola. A reparação dos três quilómetros de estrada ligando Duge ao mundo exterior foi crucial para o regresso à vida da aldeia e um dos cerca de 1 000 projectos de reconstrução identificados o ano passado por uma equipa da CIMIC.

A CIMIC é o processo de cooperação e coordenação entre um comandante da OTAN e a população e as organizações civis do seu teatro de operações. O processo envolve a criação de mecanismos de ligação e a coordenação das necessidades das organizações militares e civis. Também pode levar, em circunstâncias excepcionais, ao envolvimento militar em tarefas que caberiam normalmente aos civis.

O envolvimento da CIMIC na reconstrução foi um elemento essencial da estratégia do segundo comandante da KFOR, o general espanhol Juan Ortuño, que visava "dar à província uma perspectiva económica a longo prazo" e dotá-la com "um mecanismo para facilitar a chegada dos fundos dos doadores internacionais aos níveis regional e municipal". Além disso, esta abordagem não só foi bem acolhida pelas organizações civis, agências internacionais e autoridades locais como também ajudou a fazer nascer uma compreensão mútua entre elas e os militares.

© OTAN

General Ortuño: uma perspectiva a longo prazo

Após uma avaliação no terreno em Março de 2000, que verificou que a comunidade internacional não tinha capacidade para determinar as necessidades de reconstrução em relação a todo o Kosovo, os serviços de planeamento do Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE) criaram o Grupo de Desenvolvimento do Kosovo. Este foi enviado sob a autoridade do departamento da União Europeia encarregado da reconstrução do Kosovo. A Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália e Espanha forneceram voluntariamente 18 oficiais devidamente treinados, que têm trabalhado em equipas de 3 nos cinco sectores da província, bem como em Pristina. As despesas têm sido partilhadas entre as partes envolvidas, com os países participantes cobrindo os salários, a KFOR fornecendo alojamento e locais de trabalho e a União Europeia assegurando os transportes, bem como as despesas correntes e suplementares.

A partir de Julho de 2000, as equipas do Grupo de Desenvolvimento do Kosovo percorreram a província, identificando e estabelecendo prioridades para os projectos de reconstrução, como o de Duge, em cooperação com as autoridades locais e as cerca de 120 organizações não governamentais operando no Kosovo. A estes projectos, que cobrem todos os aspectos da reconstrução, da reparação de infra-estruturas à recuperação da economia, foi agora atribuído um financiamento da União Europeia.

O pessoal inicial do Grupo de Desenvolvimento do Kosovo retirou-se da província no final de Janeiro por ter terminado a sua comissão. Os seus sucessores assegurarão a supervisão dos projectos até Julho deste ano, altura em que as estruturas civis da UE deverão estar prontas a assumir a tarefa.

Desde a chegada aos Balcãs dos soldados da paz dirigidos pela OTAN em Dezembro de 1995, a gama de actividades em que os militares têm estado envolvidos tem aumentado continuamente. Embora o que tem sido pedido aos militares e as aptidões que isso exige tenham aumentado, a experiência de reconstrução da CIMIC tem-se mostrado extremamente positiva, ajudando a melhorar as relações tanto com a população local como com os outros organismos internacionais a trabalhar no terreno.

Baseando-se na experiência adquirida na Bósnia-Herzegovina e no Kosovo, o SHAPE preparou um documento político, estabelecendo linhas de orientação gerais para a CIMIC, definindo o conceito e os princípios de funcionamento. Mais importante ainda, estabelece as verificações e equilíbrios destinados a assegurar que o envolvimento em tarefas civis só tem lugar quando não haja alternativa. Este documento já foi acordado pelos países membros da OTAN e deve ser em breve aprovado pelo Conselho do Atlântico Norte.

Para melhorar a coordenação no terreno, o SHAPE também desenvolveu relações de trabalho com as principis organizações internacionais e ONG's interessadas na CIMIC, como a União Europeia, o Comité Internacional da Cruz Vermelha e as agências da ONU. Além disso, foi elaborado outro documento de doutrina da CIMIC mais abrangente, estabelecendo em detalhe a forma como a CIMIC deverá operar no teatro. Este documento está presentemente a circular para obter o acordo dos Estados membros. ■

Andras Simonyi: mensageiro da Hungria

Embaixador da Hungria na OTAN desde 1995 e primeiro Representante Permanente do seu país na Aliança desde 1999, Andras Simonyi desempenhou um papel essencial na condução da Hungria para a adesão à OTAN e, depois, na supervisão da transição. O embaixador Simonyi, agora com 49 anos, deixou Bruxelas em Janeiro ao fim de nove anos para iniciar uma nova carreira como consultor, procurando promover o investimento internacional na Europa Central e Oriental.

Notícias da OTAN: Que impacte teve na Hungria a sua adesão à OTAN e como reagiu o público húngaro?

AS: A ideia da integração euro-atlântica teve enorme impacte no meu país. A Hungria herdou as estruturas da era comunista e uma economia doente que tinha que ser reformada. Em última análise, a melhor maneira de reformar é visar a integração nas duas principais instituições que representam a modernização, designadamente a OTAN e a União Europeia. A preparação para a adesão à OTAN tem, portanto, sido uma enorme ajuda para nós, pois manteve a máxima pressão sobre as instituições, a sociedade e os políticos húngaros para assegurar que executassem as reformas necessárias para a Hungria poder recuperar o seu atraso e juntar-se aos países democráticos mais modernos do mundo, muitos dos quais são membros da OTAN. A adesão teve os seus custos. Exigiu muitos sacrifícios tanto em termos humanos como financeiros. Mas, no fim, a Hungria ganhou a estabilidade e ganhou muita influência na definição das políticas euro-atlânticas. A Hungria tem agora assento no Conselho do Atlântico Norte, onde são tomadas as decisões mais importantes sobre a segurança europeia.

© OTAN

NO: Como reagiu a Hungria e o público húngaro à campanha aérea do Kosovo?

AS: Pouco depois de uma semana de alegres comemorações assinalando a adesão da Hungria à Aliança em 12 de Março de 1999, a campanha aérea da OTAN surgiu como um tremendo choque. Mas o que é importante é que a Hungria aguentou esta prova. Na verdade, a maneira como a Hungria e, neste aspecto, os outros novos membros se comportaram durante a campanha aérea demonstrou a sensatez do alargamento da OTAN porque a nossa presença não tornou mais difícil o processo de tomada de decisões. É importante, aqui, prestar homenagem ao público húngaro porque a Hungria foi, de facto, o único Estado membro cuja população pôde ver directamente o impacte da campanha aérea. Na verdade, os que viviam na fronteira jugoslava-húngara podiam ver e ouvir os bombardeamentos e alguns tinham familiares do outro lado da fronteira. Apesar disto, o apoio à campanha nunca desceu para menos de 50%. O público húngaro tinha um bom entendimento do que a OTAN representa e da razão por que lançámos a campanha.

NO: Quando a Hungria aderiu à Aliança, os analistas que se opunham ao alargamento da OTAN manifestaram vários receios, incluindo o impacte que poderia ter nas relações com a Rússia, se o Conselho do Atlântico Norte ainda poderia funcionar eficazmente e se a Hungria e os outros novos membros estavam militarmente prontos para aderir à Aliança. Na prática, o que aconteceu?

AS: Alguns dos receios eram totalmente infundados e alguns provinham de preocupações quanto à possibilidade de uma Aliança alargada para 19 membros ser tão forte e eficaz como era com 16. A campanha do Kosovo demonstrou que era perfeitamente possível tomar decisões extremamente difíceis a 19 porque, apesar da adesão checa, húngara e polaca, a solidariedade, eficácia e coesão da Aliança não diminuíram, foram reforçadas. A minha mensagem é que a possibilidade de tomar decisões não depende do número de países à volta da mesa do Conselho mas da sua atitude e de compreenderem ou não que, no fim, têm que adoptar uma orientação comum. Em consequência, não estou preocupado acerca do futuro alargamento da Aliança e gostaria de ver entrar o maior número possível de novos membros, com a condição de compreenderem a importância de manter a eficácia, a

coesão e a solidariedade da Aliança. Quanto à Rússia, a posição húngara tem sido sempre que o alargamento da OTAN não tem nada a ver com os receios da Rússia. Na realidade, a OTAN está a alargar-se porque queremos ampliar para Leste a zona de estabilidade e segurança. De facto, pensamos que é do interesse da Rússia ver emergir nas suas fronteiras ocidentais países mais estáveis. Os dois últimos anos mostraram que a zona de estabilidade efectivamente aumentou e que a República Checa, a Hungria e a Polónia estão muito mais estáveis, as suas economias estão a desenvolver-se muito mais rapidamente e mesmo aqueles países que ainda não são membros da Aliança mas têm fronteiras com os novos membros beneficiaram duma sensação de segurança e estabilidade.

NO: Houve alguns problemas que tenham sido mais difíceis de superar que o previsto?

AS: À medida que se alarga, a OTAN tem que se manter forte e com capacidades apropriadas. Nunca estive satisfeito com o ritmo da reforma militar. É um processo em curso, que provavelmente nunca estará concluído, mas que é crucial para enfrentar os desafios de segurança do mundo moderno. Lastimo que ainda não tivéssemos tido ao nosso dispor durante o processo de preparação os instrumentos de que agora dispõem os candidatos a membros da Aliança nem o profundo envolvimento que os Parceiros agora têm com a OTAN. Também gostaria que tivéssemos beneficiado da profunda troca de informação a que agora têm rotineiramente acesso os países candidatos, porque isto poderia ter facilitado o processo de preparação. Mas o que é essencial é que teremos que prosseguir a reforma porque a Hungria precisa de forças armadas mais reduzidas, mais eficazes, com maior mobilidade e com melhores comunicações, mais aptas a servir os interesses tanto da Hungria como da OTAN.

NO: Há alguns ensinamentos a colher do ritmo e da forma como a Hungria aderiu à Aliança?

AS: O ensinamento mais importante é que a reforma das forças armadas deve ser rápida e eficaz. Fazê-la lentamente não diminuirá as dificuldades mas exacerbá-las-á e fá-la-á demorar mais tempo. É importante concentrar esforços nas questões prioritárias, que terão que ser identificadas numa fase inicial e limitadas a um pequeno número, que serão então executadas. A parte mais importante da reforma das forças armadas é a sua redução e, depois, a sua reestruturação, e aqui é crucial concentrar-se no elemento humano. A gestão dos recursos humanos é a chave para o êxito da reforma das forças armadas. Por muito dinheiro que se gaste num sistema obsoleto, o efeito será totalmente invisível. A forma de reformar forças armadas é reestruturar, reorganizar e preparar o pessoal para ser receptivo ao processo, antes de investir dinheiro nele. Tivemos que aprender à nossa custa que a reforma das forças armadas não deve ser efectuada porque a OTAN o exige mas porque faz parte integrante do processo de reforma democrática, em que o público examina minuciosamente as despesas do governo e que torna o país mais eficaz.

NO: Como é que a Hungria assegura que as suas forças armadas estejam equipadas para enfrentar os desafios do século XXI?

AS: Estamos a reduzi-las. Estamos a reorganizá-las. Estamos a reajustar a pirâmide, isto é, queremos ter umas forças armadas de combatentes, que não estejam sobrecarregadas com um número excessivo de oficiais e generais. As nossas forças armadas também precisarão de melhor equipamento, que teremos que adquirir, quer gostemos ou não. Mas a reforma não é apenas uma questão de dinheiro. Em última análise, é uma questão política. É precisa vontade política, dedicação e lucidez da gestão governamental para fazer uma reforma bem sucedida das forças armadas. Pode aplicar-se muito dinheiro na reforma das forças armadas mas, sem um bom conceito, vontade política e boa direcção política, o processo irá sempre falhar.

NO: A partir da experiência húngara, que ensinamentos para o futuro alargamento da OTAN podem ser colhidos pela Aliança e pelos outros candidatos a membros? Que condições prévias deverá a OTAN estabelecer e que medidas deverão os candidatos começar já a tomar?

AS: Os critérios para os três primeiros novos membros eram muito claros. Primeiro, a democracia e a estabilidade política; segundo, a reforma económica e a instauração duma economia de mercado em pleno funcionamento; terceiro, o pleno respeito dos direitos do homem e das relações de boa vizinhança; quarto, a reforma e o controlo civil das forças armadas. São estes os quatro critérios essenciais que temos que manter, qualquer que seja o país em causa, porque é importante que, com o alargamento da OTAN, a Aliança continue a ser uma comunidade de países com as mesmas ideias. Quando se trata de ordenar estes critérios, o mais importante deverá sempre ser aquele em que um país é mais fraco. Portanto, a minha mensagem para os países que se querem tornar membros da Aliança é que têm que compreender que os critérios de adesão serão muito rigorosos mas que eles não estão sozinhos quando se trata de os satisfazer. A Parceria para a Paz, o Plano de Acção para a Adesão e o Conselho de Parceria Euro-Atlântico oferecem-lhes muito mais do que aquilo que esteve ao nosso dispor durante o nosso processo de preparação há cinco anos atrás. Além disso, a Hungria está disposta a partilhar as suas experiências, tanto positivas como negativas, com qualquer país para o ajudar a satisfazer os critérios.

NO: Após mais de metade duma década na sede da OTAN, que impressões duradouras leva consigo ?

AS: A OTAN é muitas coisas mas, acima de tudo, é a manutenção do relacionamento transatlântico. A Aliança é o instrumento essencial para manter juntos os dois lados do Atlântico, mas a promoção desta ligação não é apenas uma tarefa dos governos, é também das pessoas. Como simples cidadão, tenciono tirar máximo partido da experiência que adquiri na OTAN para promover o conceito da cooperação do Atlântico Norte e sensibilizar as pessoas para a importância do relacionamento transatlântico. Quando há alguns meses deixei esta Aliança, disse no meu discurso de despedida ao Conselho do Atlântico Norte que é preciso preservar toda a força desta grande Aliança. ■

Grandes expectativas

Andrei Zagorski analisa o degelo nas relações OTAN-Rússia e as razões tanto para o optimismo como para a prudência

© OTAN

Parceiros na manutenção da paz: a cooperação OTAN-Rússia nos Balcãs tem sido uma experiência particularmente positiva

Desde o reatamento do diálogo em Maio do ano passado, as relações entre a OTAN e a Rússia têm melhorado constantemente. Um sólido progresso e o desenvolvimento dum programa de actividades de cooperação foram evidentes nas reuniões do Conselho Conjunto Permanente na sede da OTAN em Dezembro de 2000, que reuniram os ministros da defesa e dos estrangeiros Aliados com os seus homólogos russos, o marechal Igor Sergeyev e Igor Ivanov. Mas as melhorias recentes encobrem divergências latentes entre os Aliados e a Rússia na sua percepção da evolução da arquitectura de segurança da Europa e da natureza da parceria OTAN-Rússia. Além disso, como o relacionamento da Rússia com o Ocidente tem lugar em muitos cenários, as perspectivas do diálogo OTAN-Rússia podem ser influenciadas por acontecimentos externos.

Andrei Zagorski é o director do projecto Networking Early Warning Systems do EastWest Institute de Praga e um escritor de larga divulgação sobre a Rússia e sobre questões de segurança.

Em consequência, pode haver apenas uma limitada possibilidade de reconciliar os interesses de Moscovo e Bruxelas e estabelecer um diálogo forte sobre as questões de segurança.

Após ter sido acordado um programa de trabalho abrangente na reunião ministerial do Conselho Conjunto Permanente em Florença em Maio de 2000, as relações OTAN-Rússia passaram por um prolongado processo de reabilitação, que foi em grande parte completado no início de 2001. A agenda de trabalho foi alargada para abranger uma vasta gama de questões de interesse mútuo, incluindo a cooperação e as consultas em curso sobre a manutenção da paz nos Balcãs, debates de estratégia e doutrina, e cooperação na limitação dos armamentos, proliferação, infraestruturas militares, questões nucleares e defesa contra mísseis de teatro, bem como reciclagem de pessoal militar licenciado e busca e salvamento no mar.

A experiência prática dos militares russos e da OTAN a trabalhar em conjunto nas operações de manutenção da paz dirigidas

pela OTAN na Bósnia-Herzegovina (Bósnia) e no Kosovo foi particularmente positiva. Além disso, oficiais russos têm desempenhado um papel crescentemente construtivo no planeamento de operações conjuntas no Quartel-General Supremo das Potências Aliadas na Europa (SHAPE). A abertura do Gabinete de Informação da OTAN em Moscovo em Fevereiro de 2001, após um ano de difíceis negociações, é outro sinal visível da melhoria das relações.

Embora Moscovo procure geralmente não se alargar nas declarações públicas, o espírito mudou notavelmente nos últimos meses. O Ministro dos Estrangeiros Ivanov, conhecido pela sua reserva, reconheceu publicamente que os êxitos a nível prático estão a começar a incidir-noutras áreas e estão a melhorar o relacionamento OTAN-Rússia duma forma geral. Mesmo o marechal Sergeyev pareceu recentemente mais optimista, elogiando em particular uma cooperação mais estreita no planeamento de operações conjuntas. Dito isto, também advertiu que o relacionamento ainda não foi completamente restabelecido e que ainda tinha que ser virada a página sobre o triste capítulo das relações entre Moscovo e Bruxelas caracterizado pela campanha aérea da OTAN no Kosovo.

Há razões tanto para o optimismo como para a prudência. O programa de trabalho para 2001 do Conselho Conjunto Permanente é quase tão vasto como o que existiu no final de 1998, durante o que parece ter sido o período de lua-de-mel das relações OTAN-Rússia. Isto, contudo, não consubstancia as expectativas do começo duma verdadeira parceria, antes parece identificar itens da agenda dum próximo processo de negociação. Temos pela frente um caminho difícil. A resolução mesmo de coisas simples demora meses e anos. As prolongadas negociações que por fim conduziram à abertura do Gabinete de Informação da OTAN e as ainda em curso para criar uma Missão de Ligação Militar da OTAN em Moscovo reflectem divergências por resolver entre os dois lados na sua percepção de como deve ser organizada a segurança europeia. Tais divergências não foram sanadas na reaproximação depois da crise do Kosovo. Na verdade, são anteriores à crise. Isto levanta o problema de saber se a OTAN e a Rússia avançaram realmente o suficiente em termos de estabelecimento de confiança, que tem sido a trave mestra das actividades dos últimos meses, para estabelecer as bases duma verdadeira parceria.

A assinatura do Acto Fundador OTAN-Rússia em 1997 e a criação do Conselho Conjunto Permanente foram considerados pela elite russa como um exercício de limitação de prejuízos no contexto da primeira fase do alargamento da Aliança para Leste. Em primeiro lugar, Moscovo procurava evitar a eventual instalação de armas nucleares, o aumento das infra-estruturas militares da Aliança e o estacionamento de tropas da OTAN nos novos Estados membros da Europa Central. Pelo seu lado, os países membros da OTAN tendiam a considerar o Acto Fundador como uma maneira de tornar o alargamento da OTAN mais tolerável para a Rússia.

Contudo, o próprio Acto Fundador era mais ambicioso. Era suposto que o Conselho Conjunto Permanente "constituísse um mecanismo de consultas, coordenação e, em toda a extensão possível, quando apropriado, de decisões conjuntas e de acção conjunta sobre questões de segurança de interesse comum". O declarado "objectivo compartilhado da OTAN e da Rússia" era "identificar e visar o maior número possível de oportunidades de acção conjunta". Infelizmente, o previsto processo de tomada de decisões conjuntas não se concretizou. O diálogo não foi além das consultas regulares e perdeu muito do seu propósito inicial depois do lançamento da campanha aérea do Kosovo. Relutante em partilhar a responsabilidade duma acção que não podia aprovar mas que era incapaz de impedir, Moscovo preferiu simplesmente retirar-se.

Desde então, as coisas mudaram claramente para melhor. O crescente envolvimento de oficiais russos no planeamento de operações conjuntas melhorou significativamente nos últimos meses e há muito mais consultas antes de a OTAN tomar decisões. Moscovo não tem direito de veto, mas as suas posições e preocupações são ouvidas com atenção. Contudo, embora esta forma de cooperação esteja a funcionar actualmente, não é claro se funcionaria se estivessem em causa questões mais controversas como em Março de 1999.

A primeira visita de Lord Robertson a Moscovo como Secretário-Geral da OTAN em Fevereiro de 2000 visava reactivar o relacionamento OTAN-Rússia. Ele e o Presidente russo Vladimir Putin concordaram em que a OTAN e a Rússia deveriam prosseguir um "diálogo aprofundado sobre uma vasta gama de questões de segurança .... para enfrentar os desafios que se aproximam e para fazer da sua cooperação mútua uma pedra angular da segurança europeia". Contudo, os dois lados continuam a ter concepções bastante diferentes da segurança europeia, que se tornaram mais divergentes desde a crise do Kosovo. Analogamente, embora a declaração conjunta publicada quando da reunião ministerial do Conselho Conjunto Permanente em Dezembro de 2000 se regozije com os progressos alcançados e reafirme o "empenhamento em construir, no quadro do Conselho Conjunto Permanente, uma parceria forte, estável e equitativa", Bruxelas e Moscovo ainda têm entendimentos diferentes quanto às finalidades desta parceria.

Os países membros da OTAN consideram a Aliança como a trave mestra e o braço armado mais eficaz de qualquer sistema de segurança europeu. Continuam dispostos a melhorar a cooperação com a Rússia e com outros países Parceiros de formas que reforcem o papel único da OTAN na segurança cooperativa. Neste contexto, o Conselho Conjunto Permanente é considerado, nas palavras de Lord Robertson, como "um dos mais importantes novos mecanismos institucionais que apareceram no seguimento da Guerra Fria".

Por outro lado, Moscovo gostaria de ver o desenvolvimento duma arquitectura de segurança pan-europeia em que cada país se pudesse sentir igualmente seguro e tem procurado constantemente reforçar o papel da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. O novo Conceito de Política Externa russo, assinado pelo Presidente Putin a 28 de Junho de 2000, salienta a necessidade de melhorar e aprofundar a cooperação com a Aliança e reconhece a importância do papel que a OTAN desempenha na segurança europeia. Mas é também invulgar-

mente explícito acerca dos problemas de Moscovo com a OTAN. "A atitude política e militar actual da OTAN não coincide com os interesses da Federação Russa em matéria de segurança e, por vezes, opõe-se lhes". Isto refere-se basicamente às disposições do Conceito Estratégico da OTAN de 1999, que não excluem operações coercivas "fora da área" sem mandato explícito do Conselho de Segurança da ONU, e à possibilidade duma segunda fase de alargamento da OTAN, particularmente se forem incluídas partes da ex-União Soviética.

Portanto, a Rússia não quer ver a Aliança como o centro do diálogo sobre a segurança europeia, mas como um dos vários parceiros deste diálogo. O Conselho Conjunto Permanente constitui um fórum onde as posições russas sobre questões de segurança podem ser expostas, mas não dá a Moscovo a possibilidade de influenciar directamente os acontecimentos. Por esta razão, o Ministro dos Estrangeiros Ivanov, embora elogiando os recentes progressos na cooperação, classificou o papel do diálogo através do Conselho Conjunto Permanente como limitando-se ao de um "canal importante para troca de informações e para o estudo de certos assuntos".

Estas perspectivas diferentes fazem com que a Rússia e a Aliança pretendam agendas diferentes para o diálogo OTAN-Rússia. Durante o ano passado, Moscovo incitou à troca de opiniões sobre questões como doutrina militar, desenvolvimento das infra-estruturas militares e defesa contra mísseis de teatro, e à cooperação científica e tecnológica. Pelo seu lado, a Aliança salientou a importância da cooperação prática em áreas como a reforma das forças armadas e procurou motivar a Rússia para participar mais activamente nas actividades da Parceria para a Paz. Estas agendas diferentes não são irreconciliáveis. O programa de trabalho para 2001 do Conselho Conjunto Permanente cobre todas estas áreas, bem como várias outras. Contudo, a não ser que as divergências subjacentes sejam superadas, será mais difícil e menos provável alcançar progressos substanciais em qualquer das questões mais controversas.

> Perspectivas diferentes fazem com que a Rússia e a Aliança pretendam agendas diferentes para o diálogo OTAN-Rússia.

Entretanto, podem ser alcançados progressos nas áreas menos controversas. Além do êxito da cooperação que se desenvolveu no terreno entre as tropas da KFOR e da SFOR no Kosovo e na Bósnia (cuja razão de ser é todavia questionada na Rússia sempre que as coisas parecem estar a correr mal nos Balcãs), outros casos de êxito podem ser constatados em áreas como a busca e salvamento no mar e a reciclagem de oficiais licenciados. Contudo, a importância de mesmo uma modesta colaboração prática ou o significado da abertura dum Gabinete de Informação da OTAN ou de procurar criar uma Missão de Ligação Militar da OTAN em Moscovo não deverão ser subestimados. Uma verdadeira parceria, se alguma vez for possível, só pode nascer de projectos destes.

Contudo, como o passado recente mostrou, os ciclos ascendentes e descendentes das relações OTAN-Rússia podem revelar-se de curta duração e ser facilmente vítimas do agravamento das relações mútuas em resultado de acontecimentos em áreas fora do quadro do Conselho Conjunto Permanente. A cooperação prática através de empreendimentos conjuntos pode não ter tempo suficiente para amadurecer e ter efeitos supervenientes. Um breve olhar para as principais preocupações da Rússia ajuda a compreender como pode ser difícil reconciliar os interesses de Moscovo e de Bruxelas.

A preocupação fundamental, que foi posta em evidência em resultado da crise do Kosovo, é a forma da futura ordem mundial e a posição que nela deve ocupar a Rússia. Com a OTAN aparentemente a desafiar a autoridade do Conselho de Segurança da ONU, em que a Rússia tem o estatuto de membro permanente e o direito de veto, e verificando-se, assim, ser difícil fazer evoluir a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa para uma organização regional de segurança colectiva eficaz, Moscovo enfrenta uma escolha difícil. Ou aceitar uma cooperação mais estreita com a OTAN, ou correr o risco duma maior erosão do seu estatuto de grande potência, não obstante ser um estatuto herdado do anterior mundo bipolar e já não apoiado por capacidades reais, para além do seu arsenal nuclear. As próximas decisões sobre o alargamento da OTAN e sobre a Defesa Nacional contra Mísseis (NMD) irão provavelmente provocar perturbações no relacionamento da Rússia tanto com a OTAN como com os Estados Unidos porque serão vistas como novos desafios ao estatuto da Rússia na ordem mundial.

Em relação ao alargamento, os meios oficiais russos têm confirmado repetidamente a oposição de Moscovo, particularmente à eventual adesão à OTAN dos Estados bálticos. As considerações militares são provavelmente menos preocupantes que o facto de uma futura OTAN com membros em quase toda a Europa e ligações estendendo-se até ao Cáucaso e à Ásia Central através da Parceria para a Paz comprometer as possibilidades de desenvolvimento por qualquer outra instituição dum papel pan-europeu acrescido em matéria de segurança. Moscovo não teria praticamente outra alternativa senão uma cooperação mais estreita com a OTAN.

Quanto à defesa contra mísseis, a Rússia está preocupada com o facto de o seu estatuto como potência nuclear mundial ser ameaçado se os Estados Unidos não quiserem ou não puderem encontrar um compromisso sobre as modalidades do seu projecto NMD e sobre o futuro do Tratado ABM. Tais preocupações são aumentadas pela expectativa de Moscovo de que, com a nova administração Bush, a política externa dos EUA se torne cada vez mais unilateral. Moscovo receia que isto possa enfraquecer o papel das Nações Unidas e tenha impacte na cooperação dos EUA com a Rússia, o que poderia, por sua vez, limitar as possibilidades de negociação da Rússia no quadro do diálogo OTAN-Rússia.

Até agora, Moscovo parece estar a adoptar uma atitude política mais unilateral e a mostrar-se determinada a manter a sua liberdade de escolha e de acção. Ao mesmo tempo, a Rússia está a mostrar a sua vontade de prosseguir uma cooperação ad hoc tanto com a OTAN como com os Estados Unidos em áreas em que não há conflito de interesses, embora salientando repetidamente a supremacia das Nações Unidas e o respeito do direito internacional. Se a Rússia se revelar incapaz de se opor activamente a acontecimentos que julgue que prejudicariam o seu estatuto de grande potência, é provável que se retire para uma posição mais absentista na política internacional.

As decisões essenciais sobre o alargamento e sobre a NMD que, possivelmente, poderiam ter um grande impacte no relacionamento OTAN-Rússia é mais provável que sejam tomadas em breve. Isto deixa pouco tempo para o desenvolvimento do "diálogo aprofundado" acordado entre o Presidente Putin e Lord Robertson. Os dois lados têm uma longa tradição de difícil negociação um com o outro. Se não forem alcançados resultados num futuro próximo e se não houver progressos na reconciliação das divergências fundamentais, o diálogo entre Moscovo e Bruxelas arrisca-se a estagnar e o sentido futuro das relações OTAN-Rússia poderá ficar dependente de acontecimentos externos. ■

Gabinete de Informação da OTAN

O Secretário-Geral da OTAN Lord Robertson inaugurou um Gabinete de Informação da OTAN no centro de Moscovo a 20 de Fevereiro.

Este gabinete proporcionará aos russos informação acerca da Aliança e das suas missões e reforçará a cooperação entre a OTAN e a Rússia. Terá como pessoal dois funcionários da OTAN de nível elevado e disporá de apoio local.

A sua abertura é um reflexo da melhoria das relações entre a OTAN e a Rússia depois da campanha aérea do Kosovo de 1999.

O acordo para a abertura deste gabinete foi alcançado na reunião ministerial de Dezembro de 2000 do Conselho Conjunto Permanente, depois dum ano de difíceis negociações, e foi seguido duma troca de cartas entre Lord Robertson e o Ministro dos Negócios Estrangeiros russo Igor Ivanov.

"Mais de dez anos depois do fim da Guerra Fria, no início do século XXI, as relações OTAN-Rússia devem evoluir para uma verdadeira parceria estratégica", disse Lord Robertson na cerimónia de inauguração.

© OTAN

Cerimónia de abertura: Lord Robertson descerra uma placa comemorativa da inauguração do Gabinete de Informação da OTAN em Moscovo.

Compreender a OTAN

Michael Rühle passa em revista algumas das melhores e das piores obras recentes sobre a Aliança.

A redacção duma monografia sobre a Aliança do Atlântico pós Guerra Fria é uma tarefa difícil. É tentar imobilizar um alvo em movimento. Contudo, comparadas com volumes publicados que, frequentemente, são apenas conferências apressadamente reunidas de dimensão e qualidade desigual, as monografias deveriam pelo menos oferecer coerência e clareza de raciocínio. Com um só autor responsável, o problema de demasiados cozinheiros não deveria manifestar-se.

Mas se o cozinheiro não tem receita? É esse o caso com a monografia de Peter Duignan, um bolseiro da Hoover Institution de Stanford, Califórnia. A sua *NATO: Its Past, Present, and Future* (Hoover Institution Press, 2000) faz relembrar as palavras imortais de Ambrose Bierce: "As capas deste livro estão demasiadamente afastadas". Na verdade, o livro de 150 páginas de Duignan tem cerca de 150 páginas a mais. Logo na página 9, ficamos a saber que os famosos objectivos de forças da OTAN de Lisboa de 1952 foram acordados em Bóston. Ficamos a saber que: "As potências da OTAN acordaram no alargamento em 1998" (página 61), ou seja um ano depois da Cimeira de Madrid de 1997. A "capitulação de Ialta" de 1945 foi transferida para 1946 (página 71). Um mapa na página 78 assinala a criação da OTAN em 1946, três anos antes da data correcta, e também ficamos a saber que a Eslovénia, a Roménia e a Áustria provavelmente serão os próximos membros numa pretensa "fase de 2003" (páginas 115 e 118).

Ao analisar a adaptação pós Guerra Fria da OTAN, Duignan mostra uma espantosa falta de conhecimentos. Por exemplo, baseado em fontes de 1990(!) entende que a UEO terá um papel alargado a desempenhar na segurança europeia – desconhecendo alegremente que a UEO foi, para todos os efeitos, desmantelada. Também parece estar convencido de que a IESD é uma instituição e não uma política. E, assim, dá um conselho político um tanto radical: "A UEO deverá, portanto, ser encorajada a assumir mais responsabilidades da OTAN e a trabalhar com a IESD na criação dum sistema de defesa europeu apoiado pela OTAN. Deixemos a UEO, a "Euroforça" franco-britânica, a OSCE e a IESD encarregarem-se da maior parte das funções de manutenção da paz e de resolução de conflitos que a OTAN exerce na Europa. As actividades fora da Europa também deverão ser partilhadas se a UEO quiser nelas participar" (página 119).

Esta deturpação da realidade continua em todo a gama das actividades da OTAN. Talvez o autor possa ser perdoado por não conhecer exactamente o que é o Conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF) da OTAN. Mas confundir o CJTF com o Programa (mundial) de Ajuda Militar dos EUA exige um esforço especial para trocar as coisas. O mesmo acontece ao transformar o Conselho Conjunto Permanente OTAN-Rússia em "Fórum OTAN-Rússia", ou com a sua afirmação de que os soviéticos escondiam mísseis nucleares de alcance intermédio SS-20 na Alemanha Oriental. A sua análise do envolvimento da OTAN nos Balcãs não é melhor: Ibrahim Rugova, um símbolo da via pacífica para a independência do Kosovo, se é que houve alguma, certamente ficaria surpreendido ao saber que era favorável à autonomia do Kosovo no seio da Jugoslávia.

Ao errar em todos os factos, Duignan mostra pelo menos alguma coerência. Contudo, nas suas apreciações políticas nem um pouco de coerência se mantém. Embora Duignan censure os críticos do alargamento e considere que o alargamento era a coisa certa a fazer, muda de ideias mais adiante no livro, prevenindo o leitor de que "diluir" a OTAN com a admissão de mais membros poderá pôr em risco o seu processo de tomada de decisões (página 115). Analogamente, considera que a célebre caracterização da OTAN feita por Lord Ismay como um instrumento para "controlar os alemães" ainda é aplicável actualmente mas, à medida que o livro prossegue, novamente muda de ideias e considera que "a liderança da OTAN … deverá passar dos americanos para os europeus no princípio do século XXI" e que "a Alemanha é a escolha lógica para substituir os Estados Unidos" (página 119).

Esta montanha-russa intelectual é ainda mais agravada pela ausência duma estrutura (por exemplo, o Comité para os Desafios da Sociedade Moderna é analisado no capítulo do alargamento da OTAN). Em vez disso, a exposição dos factos anda aos saltos entre o passado e o presente, entre factos retirados do NATO Handbook e devaneios pessoais, tudo dando a impressão de que o autor não sabe realmente o que quer dizer. Na verdade, "dizer" é aqui a palavra adequada, porque grande parte do livro parece ter sido ditada directamente para um gravador.

Livros maus há muitíssimos mas aqui há qualquer coisa de trágico. Afinal, Duignan é um atlantista pró-OTAN. Ele queria, obviamente, escrever uma defesa do envolvimento dos EUA na Europa. É triste que tenha falhado tão espectacularmente na sua cruzada por uma causa tão louvável.

Que o caso da não diminuição da relevância da OTAN pode ser, na verdade, adequadamente defendido é demonstrado por David Yost em *NATO Transformed* (United States Institute of

Michael Rühle é chefe da secção de planeamento da política e redacção de discursos da Divisão de Assuntos Políticos da OTAN.

Peace Press, 1998). Embora publicado há quase três anos, isto é, antes da campanha aérea do Kosovo, ainda se encontra entre as melhores monografias sobre o assunto. Fruto duma investigação cuidada, o livro de Yost conduz o leitor através da história da OTAN durante a Guerra Fria antes de analisar a adaptação pós Guerra Fria da OTAN, uma adaptação marcada por uma mudança da defesa colectiva no sentido dum misto de defesa colectiva e segurança colectiva.

Yost não deixa dúvidas quanto aos pontos em que acha que pode haver dificuldades. Está preocupado com o facto de a OTAN se aventurar na segurança colectiva poder enfraquecer tanto as capacidades como a coesão necessárias para desempenhar a sua função essencial da defesa colectiva. Daí, a sua bastante cuidada análise da ideia de segurança colectiva e dos seus perigos latentes. Na verdade, dadas as dificuldades de suster o actual envolvimento militar da OTAN nos Balcãs, os avisos de Yost devem ser levados a sério.

Dois êxitos e um fracasso

As bem conhecidas dificuldades da campanha da OTAN no Kosovo ainda podem dar maior credibilidade aos avisos de Yost acerca da possibilidade de a OTAN se aventurar na tendência escorregadia para um aumento exagerado. Mas é assim tão importante uma clareza de conceitos quanto ao que "é" a OTAN? Não deveríamos estar mais preocupados com o que a OTAN "faz" – e se o faz bem? A defesa colectiva pode ser um conceito menos estimulante que a segurança colectiva, mas pode a OTAN realmente perder tempo enquanto os Balcãs estão a arder? Na verdade, o próprio Yost reconhece que os Aliados não podem deixar de seguir uma estratégia dupla de procurar responder aos desejos de segurança colectiva na medida em que isso seja viável e prudente, sem deixar de manter o seu dispositivo e a sua doutrina de defesa colectiva. Assim, não podemos deixar de suspeitar que a sua longa análise da segurança colectiva seja uma espécie de espantalho. Contudo, Yost fá-la duma maneira tão eficaz e esclarecedora que é altamente válida. Os não desencorajados pelas maciças 430 páginas do livro aprenderão mais acerca da OTAN actual do que com qualquer outro livro sobre o assunto.

Uma das vítimas da campanha da OTAN no Kosovo foi o 50º aniversário da Aliança. A tragédia dos Balcãs que se desenrolou na Primavera de 1999 não deixou muito tempo para uma reflexão sobre os primeiros cinquenta anos da OTAN. O facto de a Aliança ter acabado por triunfar no Kosovo compensou certamente o cancelamento dum ou outro acontecimento comemorativo. Para os que, apesar de tudo, estão interessados na história da OTAN, *The Long Entanglement: NATO's First Fifty Years* (Praeger, 1999) de Lawrence Kaplan será uma verdadeira mina de ouro. Não é uma monografia mas uma colectânea de 12 ensaios escritos durante quase duas décadas. Contudo, mantém uma grande coerência e as poucas e inevitáveis sobreposições e repetições têm pouca importância.

Kaplan é um historiador. O leitor não deverá por isso esperar muito sobre o presente ou o futuro da OTAN. Na verdade, sempre que Kaplan trata de questões actuais torna-se vago e ambíguo. Além disso, como o título implica, Kaplan centra-se muito na política externa dos EUA. Mas nada disto diminui o valor desta colectânea. Na verdade, o facto de se centrar no passado é um bom antídoto contra aqueles "peritos" que estão convencidos de que o mundo começou com o fim da Guerra Fria em 1989. Kaplan também mostra que estão errados os que estão convencidos de que a história deve ser sempre enfadonha. Por exemplo, o seu ensaio *NATO: A Counterfactual History* constitui uma conjectura que incita à reflexão acerca do caminho que a Europa poderia ter seguido se a OTAN nunca tivesse sido criada. Mesmo que o leitor possa nem sempre estar de acordo com as extrapolações de Kaplan sobre "o que teria acontecido se …", só este capítulo vale o preço de todo o livro.

Os livros de Yost e Kaplan constituem escrita séria e sólida sobre a OTAN e as relações transatlânticas. Mas são livros para o aficionado da OTAN, não para o leitor médio. A "cartilha" da OTAN ainda está por escrever. O estudante de relações internacionais que pretende uma monografia agradável de ler e de dimensão moderada ainda tem que esperar. ■

NATO Academic Forum

Bolsas de estudo

A OTAN oferece todos os anos
um número limitado de bolsas de estudo
de investigação para pessoas e instituições.
Os nacionais tanto de países membros da
OTAN como Parceiros podem concorrer

Estão disponíveis todos os detalhes
no Web site da OTAN:

http://www.nato.int/acad/home.htm

Aumentar a capacidade de destacamento

Elinor Sloan analisa a mobilidade e a capacidade de destacamento das forças da OTAN, bem como o impacte dos programas destinados a melhorar as capacidades

Durante grande parte da última década, os textos sobre assuntos militares e de segurança têm-se ocupado com o debate sobre a chamada Revolução nos Assuntos Militares. Esta ideia evoca imediatamente visões de guerra de alta tecnologia com capacidades avançadas de sensores, comunicações e informática, tecnologia furtiva e armas guiadas com precisão. Contudo, o que é muitas vezes esquecido no debate é o facto de que não haverá revolução enquanto a magia tecnológica não for acompanhada duma mudança espectacular da doutrina e da organização. Crucial para a aptidão da OTAN para responder com eficácia aos desafios do novo ambiente de segurança internacional é o aumento da mobilidade e da capacidade de destacamento das suas forças. Não é surpreendente que o Conceito Estratégico da OTAN qualifique a mobilidade e a capacidade de destacamento de "capacidades operacionais essenciais" das forças da Aliança e que a Iniciativa das Capacidades de Defesa, a iniciativa de alto nível da OTAN para melhorar e actualizar as capacidades militares, inclua a mobilidade e a capacidade de destacamento das forças da OTAN como uma área essencial da transformação.

A mobilidade e a capacidade de destacamento podem ser consideradas como função da prontidão das forças, do seu treino, estrutura organizacional e equipamento. Os obstáculos legais ao destacamento de conscritos para fora das fronteiras do país, combinados com a necessidade de forças altamente qualificadas e, portanto, com mais tempo de serviço significam que a capacidade de destacamento é mais facilmente conseguida com exércitos profissionais. Muitos países da OTAN, como o Canadá, Reino Unido e Estados Unidos, sempre tiveram forças profissionais ou, pelo menos, têm há várias décadas. Noutros tem havido tradicionalmente forças de conscritos mas nos últimos anos têm tido lugar mudanças significativas.

Talvez a mais notável tenha sido a decisão espectacular do Presidente francês Jacques Chirac em 1996 de, após mais de 200 anos, eliminar a conscrição e, assim, profissionalizar as forças armadas francesas. A França teve como incentivo a Guerra do Golfo e a força de reacção rápida enviada para a Bósnia-Herzegovina (Bósnia) em 1995. Nos dois casos, só conseguiu dar a sua contribuição militar "pescando" soldados profissionais de muitas unidades diferentes. O processo de profissionalização está bem encaminhado e deve estar concluído em 2002, altura em que mais de 90% dos militares franceses serão militares de carreira, quando eram menos de 60% em 1996.

Em contraste, na primeira década após a Guerra Fria, sucessivos governos alemães evitaram qualquer debate acerca da redução ou eliminação da conscrição, afirmando que o serviço militar obrigatório é uma parte importante da cultura alemã em matéria de defesa que aglutina eficazmente os militares à sociedade civil. Este ponto de vista só recentemente abrandou. Em Maio de 2000, no seguimento da demonstração evidente dada pela *Operação Allied Force,* a campanha da OTAN no Kosovo, de que uma força de conscritos era inadequada para o actual ambiente de segurança internacional, a Comissão para a Segurança Comum e o Futuro da *Bundeswher* (a Comissão), mandatada pelo governo, recomendou alterações significativas ao sistema de conscrição. Em consequência disto, o número anual de conscritos será reduzido para 80 000, muito menos do que o nível anterior de 135 000, embora ainda significativamente mais do que os 30 000 recomendados pela Comissão.

Durante a última década, vários outros países da OTAN mudaram a composição das suas forças armadas aumentando a proporção de militares profissionais. A Bélgica e a Holanda eliminaram completamente a conscrição, enquanto a Itália, Portugal e a Espanha têm planos para o fazer nos próximos anos. A República Checa e a Hungria planeiam eliminar ou reduzir a conscrição logo que tenham condições financeiras para o fazer e a Polónia anunciou recentemente a sua intenção de reduzir e profissionalizar metade das suas forças até 2003.

As mudanças nas pesadas estruturas de forças da era da Guerra Fria também são cruciais para melhorar a mobilidade e a capacidade de destacamento das forças da OTAN. Parte disto envolve a redução da dimensão dos grandes exércitos da Guerra Fria. As forças armadas francesas estão a ser reduzidas dum nível de 500 000 homens em 1996 para 357 000 até 2002, enquanto o nível de forças da Alemanha será reduzido dos actuais 320 00 homens para cerca de 275 000 durante os próximos três ou quatro anos. Outros países da OTAN, como o Canadá, o Reino Unido e os Estados Unidos, efectuaram reduções semelhantes, da ordem dos 25 a 30%, na primeira metade dos anos 90.

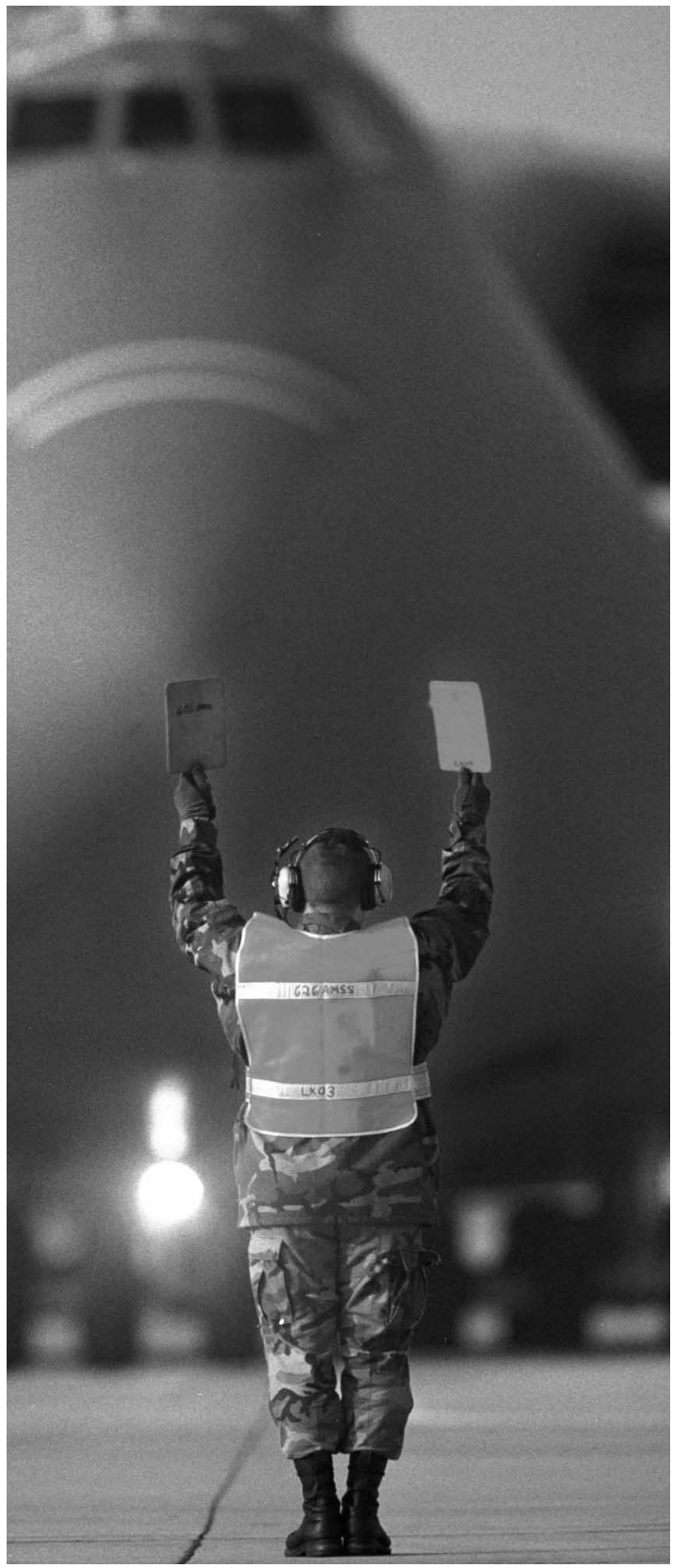
Mais importante é a reestruturação da organização das forças restantes em unidades destacáveis mais rapidamente, que sejam ainda altamente letais. Também neste aspecto, tem havido uma evolução significativa durante os últimos anos. A Revisão da Estratégia da Defesa do Reino Unido de 1998 pôs em marcha a

---

Elinor Sloan é uma analista de assuntos de defesa na Direcção de Análise Estratégica do Quartel-General da Defesa Nacional do Canadá e autora de Bosnia and the New Collective Security (Praeger, 1998) e de The Revolution in Military Affairs: Implications for Canada and NATO (McGill-Queens Press, a aparecer em 2001).

mudança duma estratégia continental europeia para uma estratégia de forças expedicionárias para projecção de força durante uma crise. O Exército Britânico foi reorganizado em duas divisões destacáveis, cada uma delas constituída por três brigadas móveis e flexíveis. O Reino Unido também está a criar uma Força Combinada de Reacção Rápida, um conjunto de unidades "poderosas e polivalentes" dos três ramos que deverá estar plenamente operacional este ano.

Em conformidade com a sua Lei de Programação Militar de 1996, a França está a reestruturar o seu exército em 51 regimentos operacionais, apoiados por 15 regimentos logísticos e 19 regimentos de apoio especializado, todos agrupados em 11 brigadas de combate. Os regimentos representam as unidades modulares básicas que podem ser reunidas em várias combinações conforme a natureza da crise em que vão intervir. A França também conta ter até 2002 uma Força de Reacção Rápida de 50 000 a 60 000 homens capaz de ser rapidamente destacada para qualquer parte do mundo. Entretanto, a Alemanha criou a sua própria Força de Reacção a Crises, composta de 6 brigadas completamente equipadas, 18 esquadras aéreas e cerca de 40% dos navios da marinha em qualquer momento. Constituída inteiramente por militares profissionais, em conformidade com as recomendações da Comissão, esta força de 50 00 homens deverá ser transformada numa Força de Intervenção Rápida de 150 00 homens, em que marinheiros, soldados e aviadores estejam disponíveis em três turnos de 50 000.



© Reuters

Grande pássaro: os países da OTAN estão dependentes dos Estados Unidos para o transporte aéreo a grande distância.

Entretanto, o Exército dos EUA, preocupado com a sua incapacidade de destacar rapidamente os seus helicópteros Apache para a Albânia durante a Operação Allied Force, iniciou uma espectacular revisão da sua estrutura de forças. Para acabar com as suas componentes pesadas e ligeiras, está a criar uma força de intervenção média composta por, pelo menos, cinco equipas de combate da brigada de reacção rápida até ao fim desta década. Além disto, a Força Aérea dos EUA reorganizou completamente as suas unidades de combate em dez Forças Aéreas Expedicionárias que podem ser rapidamente destacadas para qualquer parte do mundo. Vários outros países da OTAN, incluindo a Itália, a Holanda, a Espanha e a Turquia, também reestruturaram as suas forças na última década para aumentar a mobilidade e a capacidade de destacamento.

A OTAN no seu conjunto tomou várias iniciativas para adaptar a sua estrutura de forças ao ambiente de segurança pós-Guerra Fria. No início dos anos 90, a OTAN criou o Corpo de Reacção Rápida do Comando Aliado da Europa da Europa (ARRC), um quartel-general móvel de cerca de 1 000 militares multinacionais. Além disso, desde 1994, a Aliança tem estado a procurar implementar o conceito das Forças Operacionais Combinadas Multinacionais (CJTF). Isto

implica a criação de quartéis-generais móveis de comando e controlo que podem ser destacados da estrutura de comando fixa permanente da Aliança e permitirá que unidades de ramos e países diferentes sejam reunidas e adaptadas para uma contingência específica. A própria estrutura de comando permanente da OTAN tem sido significativamente modificada, com a transição para uma nova estrutura de comando já bem encaminhada

Embora o conceito das CJTF esteja a progredir, ainda não está plenamente implementado. Além disso, há um reconhecimento crescente de que o ARRC – que foi destacado para a Bósnia em 1995 e para o Kosovo em 1999 – precisa de ser aumentado com, pelo menos, um segundo quartel-general móvel da mesma natureza. O almirante Guido Venturoni, presidente do Comité Militar da OTAN, tem afirmado que a configuração deve estar mais perto de três quartéis-generais terrestres e forças em alta prontidão e seis desses quartéis-generais em prontidão mais baixa para operações de subsistência. Forças e quartéis-generais comparáveis são necessários para os elementos navais e aéreos. Os países membros já ofereceram uma dúzia de quartéis-generais que teriam que passar a ser multinacionais (ou mais multinacionais) para funcionarem a nível da Aliança, entre eles o Eurocorpo de cinco países e o corpo germano-holandês. As decisões sobre estas questões figurarão sem dúvida nas conclusões e recomendações da actual revisão da estrutura de forças da OTAN. Desta maneira, um certo número de medidas nacionais e da Aliança estão em curso para responder às exigências de organização e reestruturação duma capacidade de reacção rápida.

Em termos de equipamento, dois elementos são cruciais para aumentar a mobilidade e a capacidade de destacamento das forças militares. Primeiro, há a necessidade de plataformas terrestres com maior mobilidade que ainda sejam altamente letais e não diminuam a protecção do pessoal. Muitos países da OTAN equiparam ou planeiam equipar as suas forças de reacção a crises com viaturas blindadas ligeiras, como a LAV III (Canadá e Estados Unidos), a futura viatura blindada de combate da infantaria (França) e a Viatura de Transporte Totalmente Protegida (Alemanha). Estas plataformas de rodas são muito mais leves que um carro de combate de lagartas, podem ser enviadas por avião em grande número e são mais versáteis no terreno. Contudo, não oferecem os mesmos níveis de protecção do pessoal e de poder de fogo dum carro de combate. Em consequência, os países da OTAN continuam a modernizar os seus carros e/ou a utilizar novos tanques, como o Leclerc, Leopard 2, Challenger 2 e M1 Abrams.

Há projectos em curso para desenvolver viaturas de combate ligeiras destinadas a satisfazer as necessidades de transporte dum destacamento rápido. Incluem a Viatura de Combate Blindada do Canadá, a Nova Plataforma Blindada da Alemanha e o Futuro Sistema de Combate da América. Mas estes sistemas não estarão operacionais, pelo menos, durante uma década, Os Estados Unidos estão muito inclinados em passar duma força terrestre pesada para uma mais ligeira e com maior mobilidade e capacidade de destacamento, dada a sua posição geoestratégica e os seus interesses globais em matéria de segurança. Por isso, reduziu significativamente os seus programas de modernização do Abrams e do obus com propulsão própria Crusader e encaminhou estes fundos para o seu Futuro Sistema de Combate. Em contraste, os programas de investimento europeus continuam a manter viaturas blindadas mais pesadas, como tanques, obuses com propulsão própria e peças de artilharia.

Ainda mais importante para o aumento da mobilidade e da capacidade de destacamento é o transporte estratégico aéreo e marítimo. Neste aspecto, o Canadá e os membros europeus da OTAN estão muito atrasados em relação aos Estados Unidos. Embora alguns países tenham aviões de transporte C-130 e C-160, estes são considerados mais como plataformas tácticas do que estratégicas. Além disso, muitos aviões de transporte maiores, como os C-160 franceses e alemães, estão velhos e à espera de ser substituídos. Sem equivalentes para os aviões de transporte pesados C-17 ou C-15 dos EUA, os países da OTAN estão quase completamente dependentes dos Estados Unidos para o transporte aéreo a longa distância das suas tropas e de equipamento de "muito grande" dimensão.

> Até agora, o Canadá e os membros europeus da OTAN pouco progrediram no sentido de equipar as suas forças armadas com os meios para transportar rapidamente os seus exércitos pelo ar e pelo mar para o local pretendido

Estão a ser tomadas medidas para resolver este problema. Vários membros europeus da OTAN – incluindo a Bélgica, a França, a Alemanha, a Itália, a Espanha, a Turquia e o Reino Unido – sinalizaram a compra de cerca de 200 aviões de transporte pesado A400M da Airbus Industries, também conhecidos como Grandes Aviões do Futuro. Mas só se espera que este avião entre ao serviço cerca de 2007 e as actuais especificações do projecto indicam que não será construído para o transporte de equipamento de "muito grande" dimensão. Para preencher esta falta de transporte aéreo estratégico, o Reino Unido adquiriu em regime de aluguer quatro aviões C-17, devendo o primeiro ser entregue à Real Força Aérea ainda este ano. Para satisfazer as necessidades a curto e médio prazo, a França e a Alemanha poderão também alugar alguns aviões C-17 ou, talvez, o avião de transporte russo-ucraniano AN-70, embora ainda tenha que ser tomada uma decisão. O Canadá também está a estudar opções para melhorar a sua capacidade de transporte aéreo. Em 1999, a França apoiou uma iniciativa alemã para formar um Comando Europeu de Transporte Aéreo Militar para agrupar, sem fronteiras, os recursos de transporte aéreo tais como o transporte estratégico e os aviões-cisternas de reabastecimento em voo. Esta iniciativa está a ser considerada no Grupo Aéreo Europeu, que como primeira medida está a criar uma Célula de Coordenação do Transporte Aéreo.

Para aumentar as capacidades de transporte marítimo, o Reino Unido está a planear construir dois grandes porta-aviões até cerca de 2015 e está a aumentar o número dos seus navios porta-contentores roll-on/roll-off de dois para seis. A França reduziu os seus porta-aviões para apenas um, o Charles de Gaulle, mas planeia adquirir mais navios roll-on/roll-off e acordou com a Holanda agrupar a

capacidade de transporte marítimo de equipamento mais pesado para zonas nevrálgicas. O Canadá está a avançar com o seu projecto de Logística Naval e Capacidade de Transporte Marítimo, que prevê a construção dum navio polivalente preparado em parte para o transporte estratégico de forças terrestres. A Alemanha está a centrar-se não tanto no transporte estratégico mas mais na construção duma força naval flexível, com novas fragatas, submarinos U-2 e navios de reabastecimento a navegar

Para os países que são membros tanto da União Europeia como da OTAN, um incentivo importante para aumentar a mobilidade e a capacidade de destacamento das suas forças militares é o Objectivo Global da União Europeia de criar uma força de intervenção rápida de 60 000 homens até 2003. Esta força deve ter mobilidade, ser militarmente auto-subsistente e destacável para uma crise longínqua no prazo de 60 dias. Enquanto que as responsabilidades da OTAN abrangem todos os aspectos dum conflito, a força da UE provavelmente centrar-se-á em operações de apoio da paz e missões de gestão de crises. Esta diferença de tarefas torna compreensível que a iniciativa da UE possa fazer com que os seus membros que sejam membros da OTAN não melhorem as suas capacidades militares nas áreas que são mais relevantes para as operações de segurança colectiva mais sofisticadas, como os ataques de precisão e a interdição do fogo inimigo. Contudo, quer em resposta a uma guerra quer a conflitos de menor intensidade, os membros da OTAN que sejam membros da UE quererão ser capazes de levar as suas tropas rapidamente até ao local da crise e de, uma vez no teatro, ter mobilidade. Na verdade, o incentivo primário para a França e a Alemanha alugarem meios de transporte pesado nos próximos anos serão os seus compromissos no quadro da UE, sem os quais a data limite de 2003 não será respeitada.

O impacte da iniciativa da UE sobre o desenvolvimento duma força terrestre mais ligeira mas ainda altamente letal é mais difícil de avaliar. A ênfase da União Europeia nas tarefas de menor envergadura pode acelerar a aquisição de plataformas blindadas com rodas que, em virtude da sua maior mobilidade no campo de batalha, são mais adequadas para as operações de apoio da paz. Mas, pela mesma razão, pode retardar o desenvolvimento de sistemas afins do Sistema de Combate do Futuro.

Muito do que acontece dependerá dos orçamentos da defesa e sobretudo da proporção atribuída à aquisição de equipamento. Os orçamentos da defesa de todos os países da OTAN diminuíram espectacularmente durante os anos 90, uma tendência que só recentemente foi invertida. No Canadá, no Reino Unido e especialmente nos Estados Unidos verificaram-se aumentos reais dos seus orçamentos da defesa nos últimos dois anos. Em contraste, na Alemanha continuou a diminuir, enquanto em França se manteve praticamente estacionário. Onze outros Estados europeus membros da OTAN declararam que planeiam fazer aumentos reais das despesas da defesa em 2001, mas os aumentos serão pequenos e demorará algum tempo até se traduzirem em capacidades concretas. À medida que os exércitos se profissionalizam, provavelmente mais dinheiro será libertado para aquisições da defesa. Contudo, isto é uma previsão a longo prazo. A França, por exemplo, verificou que a profissionalização do seu exército está a ficar bastante mais cara do que se esperava inicialmente.

Uma análise pragmática da mobilidade e capacidade de destacamento das forças da OTAN revela um quadro diversificado. Nalguns países, houve progressos significativos na profissionalização e restruturação das suas forças, enquanto noutros a transformação foi muito mais lenta. O mesmo acontece em relação à estrutura das forças da OTAN. Os exércitos estão a ficar mais ligeiros e com maior mobilidade, mas continua a haver uma forte ênfase na preparação para uma guerra com blindados pesados. Duma maneira geral, pode esperar-se que a iniciativa da UE fomente a mobilidade e a capacidade de destacamento das forças da OTAN. Além disso, há vários projectos importantes em carteira. Mas o que é um facto é que, até agora, o Canadá e os membros europeus da OTAN pouco progrediram no sentido de equipar as suas forças armadas com meios para transportar rapidamente os seus exércitos pelo ar e pelo mar para o local pretendido. Demorará algum tempo até que os aumentos planeados dos orçamentos da defesa se possam traduzir em capacidades concretas. Mesmo os Estados Unidos, devido aos custos das operações e da prontidão actuais, poderão ter dificuldades nos seus esforços de transformação das suas forças armadas. A revolução está em curso, mas ainda faltam muitos anos para estar terminada. .

O PROGRAMA CIENTÍFICO DA OTAN
"Juntar os cientistas para o progresso e para a paz"

O Programa Científico da OTAN apoia projectos de colaboração entre cientistas de países Aliados e Parceiros.
O programa – que não está ligado à defesa – visa estimular a cooperação entre cientistas de meios diferentes, para criar ligações duradouras entre os investigadores e facilitar a evolução das comunidades científicas dos países Parceiros

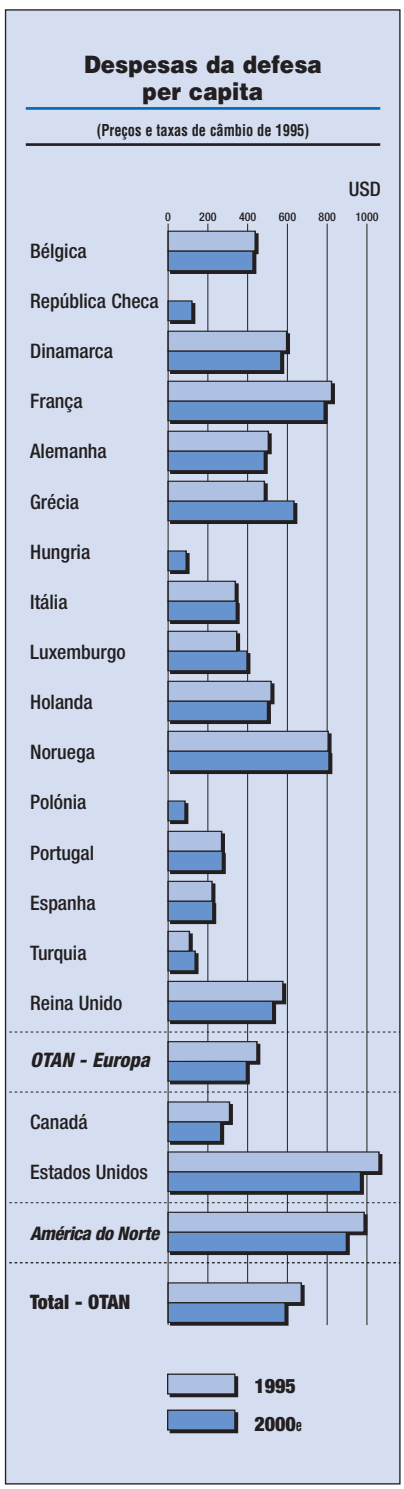
Detalhes completos no Web site da OTAN:

http://www.nato.int/science

Despesas da defesa

A OTAN publica as despesas da defesa uma vez por ano. Os valores completos, que até agora eram reproduzidos na Notícias da OTAN, passam a aparecer no site da Web da OTAN. Devido às diferenças entre a definição OTAN de despesas da defesa e as definições nacionais, os valores podem divergir dos apresentados pelas autoridades nacionais ou dos que constam nos orçamentos nacionais. Os dados relativos à França são apenas indicativos porque a França não pertence à estrutura militar integrada e não participa no planeamento da defesa. A Islândia não tem forças armadas. Os valores respeitantes à República Checa, à Hungria e à Polónia começam em 1999, data em que estes países aderiram à Aliança.

// não aplicável
| ruptura de série
e estimado



Despesas da defesa dos países da OTAN

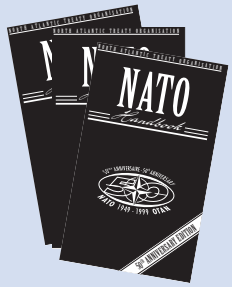
País (0)	Unidade monetária (milhões) (-)	1980 (1)	1985 (2)	1990 (3)	1995 (4)	1996 (5)	1997 (6)	1998 (7)	1999 (8)	2000e (9)
Preços e taxas de câmbio correntes										
Bélgica	BEF	115754	144183	155205	131156	131334	131796	133007	136252	140256
República Checa	CZK	//	//	//	//	//	//	//	41167	44022
Dinamarca	DKK	9117	13344	16399	17468	17896	18521	19079	19428	19349
França	FRF	110514	186715	231911	238432	237375	241103	236226	239488	243936
Alemanha	DEM	48518	58650	68376	58986	58671	57602	58327	59854	59617
Grécia	GRD	96975	321981	612344	1171377	1343276	1510684	1724621	1853189	1981984
Hungria	HUF	//	//	//	//	//	//	//	187672	218023
Itália	1000 ITL	7643	17767	28007	31561	36170	38701	40763	43062	43002
Luxemburgo	LUF	1534	2265	3233	4194	4380	4797	5197	5330	5468
Holanda	NLG	10476	12901	13513	12864	13199	13345	13561	14534	14192
Noruega	NOK	8242	15446	21251	22224	22813	23010	25087	25809	25675
Polónia	PLN	//	//	//	//	//	//	//	12599	14065
Portugal	PTE	43440	111375	267299	403478	401165	418772	420654	452843	475178
Espanha	ESP	350423	674883	922808	1078751	1091432	1123046	1124054	1180075	1266429
Turquia	1000 TUL	203	1235	13866	302864	611521	1183327	2289430	4167636	6998960
Reino Unido	GBP	11593	18301	22287	21439	22330	21612	22477	22548	22823
OTAN - Europa	***USD***	***111981***	***92218***	***186189***	***184352***	***186821***	***172732***	***175184***	***| 179671***	***164559***
Canadá	CAD	5788	10332	13473	12457	11511	10831	11716	12360	11948
Estados Unidos	USD	138191	258165	306170	278856	271417	276324	274278	280969	296373
America do Norte	***USD***	***143141***	***265731***	***317717***	***287933***	***279860***	***284146***	***282176***	***289288***	***304441***
Total - OTAN	**USD**	**255122**	**357949**	**503906**	**472284**	**466681**	**456879**	**457360**	**| 468960**	**468999**

Despesas da defesa em % do produto interno bruto

País (0)	Média 1980 - 1984 (1)	Média 1985 - 1989 (2)	Média 1990 - 1994 (3)	Média 1995 - 1999 (4)	1996 (5)	1997 (6)	1998 (7)	1999 (8)	2000e (9)
Com base em preços correntes									
Bélgica	3.2	2.8	2.0	1.5	1.6	1.5	1.5	1.4	1.4
República Checa	//	//	//	//	//	//	//	2.2	2.3
Dinamarca	2.4	2.0	1.9	1.7	1.7	1.7	1.6	1.6	1.5
França	4.0	3.8	3.4	2.9	3.0	2.9	2.8	2.7	2.7
Alemanha	3.3	3.0	2.1	1.6	1.6	1.6	1.5	1.5	1.5
Grécia	5.3	5.1	4.4	4.6	4.5	4.6	4.8	4.8	4.9
Hungria	//	//	//	//	//	//	//	1.6	1.7
Itália	2.1	2.3	2.1	1.9	1.9	2.0	2.0	2.0	1.9
Luxemburgo	1.0	1.0	0.9	0.8	0.8	0.8	0.8	0.8	0.7
Holanda	3.0	2.8	2.3	1.8	1.9	1.8	1.7	1.8	1.6
Noruega	2.7	2.9	2.8	2.2	2.2	2.1	2.3	2.2	1.9
Polónia	//	//	//	//	//	//	//	2.0	2.0
Portugal	2.9	2.7	2.6	2.3	2.4	2.4	2.2	2.2	2.2
Espanha	2.3	2.1	1.6	1.4	1.4	1.4	1.3	1.3	1.3
Turquia	4.0	3.3	3.8	4.4	4.1	4.1	4.4	5.4	6.0
Reino Unido	5.2	4.5	3.8	2.8	3.0	2.7	2.7	2.5	2.4
OTAN - Europa	***3.5***	***3.2***	***2.6***	***2.2***	***2.2***	***2.2***	***2.1***	***| 2.1***	***2.1***
Canadá	2.0	2.1	1.9	1.4	1.4	1.2	1.3	1.3	1.2
Estados Unidos	5.6	6.0	4.7	3.3	3.5	3.3	3.1	3.0	3.0
America do Norte	***5.3***	***5.6***	***4.4***	***3.2***	***3.3***	***3.2***	***3.0***	***2.9***	***2.9***
Total - OTAN	**4.5**	**4.5**	**3.5**	**2.7**	**2.8**	**2.7**	**2.6**	**| 2.6**	**2.5**

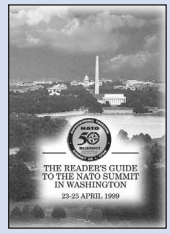
Os dados financeiros e económicos completos relativos à defesa da OTAN podem ser encontrados em www.nato.int/docu/pr/2000/p00-107e.htm.

KOSOVO - ONE YEAR ON - Achievement and Challenge
Relatório do Secretário-Geral da OTAN Lord Robertson



The NATO Handbook - 50th Anniversary edition
Um guia geral dos objectivos e actividades da OTAN, da sua política e estruturas actuais; uma cronologia dos últimos 50 anos da história da Aliança e uma compilação dos principais documentos políticos e textos jurídicos

Economics Colloquium 1999
Actas do colóquio de 1999 sobre a evolução e as reformas económicas nos países Parceiros



The Reader's Guide to the Washington Summit
Compilação de todos os textos e declarações oficiais publicadas na Cimeira da OTAN de washington em Abril de 1999, incluindo informação de apoio sobre os programas e actividades da Aliança

Extending Security : The Role of NATO and its Partner Countries
Folheto ilustrado que descreve como OTAN funciona e cobre o desenvolvimento da política nas principais áreas de actividade da Aliança

NATO at 50
Folheto de introdução à história da Aliança, com visão geral dos principais temas da actual agenda da OTAN

NATO Topics
Apresentação visual da Aliança indicando as grandes etapas da evolução da OTAN e as principais questões da sua actual agenda (apenas edição electrónica: www.nato.int/docu/topics/2000/home)

NATO Update
Folha de informação semanal que cobre resumidamente as actividades e acontecimentos da OTAN, dando uma visão geral das iniciativas da Aliança. (apenas edição electrónica: www.nato.int/docu/update/index)

NATO Update

TODAS AS PUBLICAÇÕES EXISTEM EM INGLÊS E FRANCÊS E MUITAS DELAS NOUTRAS LÍNGUAS

Todas as informações e pedidos devem ser dirigidos a:
Office of Information and Press - Distribution Unit
Bld Leopold III - 1110 BRUSSELS
Tel: 00-32-2 707 5009
Fax : 00-32-2 707 12 52
E-mail : distribution@hq.nato.int

Versões electrónicas destas publicações existem no web site da OTAN em www.nato.int

O web site também publica declarações oficias, comunicados à imprensa e discursos e outras informações sobre as estruturas, política e actividades da Aliança, oferecendo também vários serviços on-line.

organização do tratado do atlântico norte

bélgica
canadá
república checa
dinamarca
França
alemanha
grécia
hungria
islândia
itália
luxemburgo
holanda
noruega
polónia
portugal
espanha
turquia
reino unido
estados unidos